

Estudo Técnico Preliminar 7/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 59000.006757/2020-10

2. Objeto

Trata-se o presente de Estudos Preliminares visando subsidiar a contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação digital, referentes a prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação digital, no âmbito do contrato; criação e execução técnica de ações e/ou peças de comunicação digital; criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação digital, destinadas a expandir os efeitos de mensagens e conteúdos do Ministério do Desenvolvimento Regional, em seus canais proprietários e em outros ambientes, plataformas ou ferramentas digitais, em consonância com novas tecnologias, envolvendo os serviços de design, apresentação, planejamento estratégico, planejamento tático, métricas e avaliações, publicação de conteúdo, peças digitais, tecnologia, vídeo, redes sociais, atendimento de demandas e elaboração de planos de comunicação, por meio da contratação de empresa especializada, de acordo com os produtos e especificações previstos, para atendimento às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Este estudo preliminar contém as informações necessárias para atendimento às recomendações da Instrução Normativa n. 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e Instrução Normativa n. 40/2020 da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

3. Normativos que disciplinam a contratação

A contratação objeto deste Estudo tem amparo legal nos seguintes dispositivos:

- Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGE/MPDG n. 05, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SECOM/SG/PR n. 04, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de comunicação corporativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- Instrução Normativa n. 40/2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Lei n. 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, no que for aplicável a este objeto, conforme Acórdão n. 6.227/2016-TCU-2ª Câmara;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4. Análise da contratação anterior

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por meio do Decreto nº 9.666, de 02 de janeiro de 2019, as pastas da Integração Nacional e das Cidades foram unidas.

Ambas as pastas não possuem histórico de contratação específica de comunicação digital. No entanto, a licitação anterior do Ministério da Integração Nacional previu itens de comunicação digital e constituiu-se por meio do processo n. 59000.001053

/2011-51, na modalidade concorrência, do tipo técnica e preço. O planejamento da referida contratação foi instruído com Projeto Básico, Edital, pesquisa de preços, Parecer Jurídico e outros documentos pertinentes à fase de planejamento. A instrução culminou na Concorrência nº 1/2012, que tinha por objeto a contratação de empresa especializada - agência de comunicação e relações públicas - para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicação e de relações públicas, conforme Projeto Básico (Anexo I do Edital).

A Contratação foi feita para execução hora/homem, e possuía a seguinte lista de produtos na área digital: *Mailings/ Produção de mailing de jornalistas; coletivas de imprensa/teleconferências/road shows; clipping; diagnóstico de imagem nas redes sociais; digital training e monitoramento das redes sociais.*

Seleção de fornecedor

Constatou-se, após a análise dos autos da Concorrência nº 1/2012-MI, que o objeto possui ampla gama de fornecedores, tendo ocorrido a participação de 09 empresas.

Foram verificados os pedidos de esclarecimento apresentados à época, sendo identificado que as interposições, em linhas gerais, tratavam de dispositivos atinentes aos critérios de análise da qualificação técnica, especificações técnicas dos serviços e cálculo do valor da hora/homem. Os pedidos de esclarecimentos com suas respectivas respostas encontram-se disponíveis para consulta no site http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php.

Do mesmo modo, foram verificados os recursos interpostos em cada fase da licitação, sendo observado que tratavam de pedido de reanálise da decisão quanto a inabilitação de uma das empresas e pedido de reanálise do julgamento das propostas técnicas, sob o argumento de que a pontuação deveria ser majorada. Foram negados provimentos aos recursos apresentados, sendo mantidas as decisões da Comissão Especial de Licitação em todos os casos. Os recursos, contra-razões e decisões encontram-se disponíveis para consulta no site http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php.

Para o atual planejamento da contratação, foram levados em conta os pedidos de esclarecimento e os recursos interpostos à época, respaldados pela legislação em vigor, bem como o histórico de demandas no Órgão e os aspectos procedimentais refletidos na licitação, primando-se pela ampla concorrência e eficiência da contratação.

Gestão de Contrato

A Concorrência nº 01/2012 resultou no contrato nº 55/2012, com a empresa BR MAIS Comunicação LTDA, que foi consecutivamente prorrogado, até o limite previsto no art. 57, II e §4º, da Lei n. 8.666/1993. Ao analisar o processo nº 59000.001053/2011-51, relativo à contratação, não foram identificados registros sobre inconsistências ou dificuldades com relação à gestão contratual. O gestor do contrato, em 2015, apenas apontou: *"percepção de que o 'turn-over' de colaboradores pode estar acima do normal, embora não esteja trazendo prejuízo à qualidade e a entrega dos serviços contratados"*, conforme Despacho ASCOM (MI) (0017186). Todas as demais manifestações do Gestor informaram que houve regular desempenho no cumprimento do contrato e bons resultados, com adequado atendimento às necessidades do órgão. O contrato terminou em 16 de outubro de 2018, ao final dos 72 meses de contrato (60 meses contratuais + 12 meses de excepcionalidade contratual).

Outras tentativas de contratação

O Ministério da Integração Nacional (MI), em 2016, iniciou processo para contratação de comunicação corporativa, também prevendo itens relacionados a comunicação digital, sob o número 59110.000226/2016-81. Foi lançada a Concorrência nº 01/2017-MI, entretanto, atendendo à determinação do Tribunal de Contas da União, contida no Acórdão n. 1.965/2017 - TCU - Plenário, em 11 de setembro de 2017, a referida licitação foi anulada.

Dessa forma, para viabilizar a realização de uma nova licitação, o MI iniciou novo processo licitatório, sob o número 59110.000101/2017-32, utilizando os modelos de Edital e Projeto Básico disponibilizados pela Secom, para dar andamento à contratação. Contudo, em função da publicação do Decreto nº 9.666, de 02 de janeiro de 2019, que trouxe definições e alterações nas estruturas e atividades a serem desenvolvidas pelo novo Ministério do Desenvolvimento Regional, e ainda em função da fusão das Pastas do Ministério da Integração Nacional e do Ministério das Cidades, verificou-se a necessidade de reavaliação da demanda e da compatibilidade do objeto a ser contratado para atendimento às necessidades da nova Pasta.

O Ministério da Integração Nacional iniciou, ainda, processo para contratação de Comunicação Digital, sob o número 59110.000227/2016-26. A contratação não teve andamento, sendo sobrestada ainda na fase interna da licitação.

Informa-se, ainda, que o Ministério das Cidades, previamente à fusão, também encontrava-se em fase de instrução processual para contratação de serviços com o mesmo objeto (comunicação corporativa), que também previa itens de comunicação digital. O processo nº 80020.000117/2017-41, do Ministério das Cidades, assim como o da Integração Nacional, foi instruído com a utilização dos modelos e dos normativos disponibilizados pela Secom para a instauração do procedimento licitatório.

Já na existência do Ministério do Desenvolvimento Regional, foram realizadas outras 2 tentativas de contratação de comunicação corporativa, ambas com previsão de serviços de comunicação digital.

Em março de 2019, portanto, iniciou-se novo processo de contratação, sob o número 59110.000002/2019-12. O processo abrangeu as necessidades das Pastas da Integração Nacional e das Cidades e mostrava-se bastante adiantado, chegando a ser instruído com Documento de Formalização de Demanda, Estudos Preliminares com a devida pesquisa de preços, análises de risco, Projeto Básico, Minuta de Edital e de Contrato.

Conforme se verifica no referido processo, a contratação pretendia licitar por meio da modalidade Concorrência, do tipo Melhor Técnica, em atendimento ao previsto na Instrução Normativa nº 04/2018, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República e conforme justificativas apontadas em Estudo Preliminar.

Em novembro do mesmo ano, porém, foi divulgado o ACÓRDÃO nº 2.693/2019 – TCU – Plenário (1618458). Como se extrai do documento, o Tribunal de Contas da União rejeitou as argumentações de defesa quanto às irregularidades indicadas no Acórdão nº 1.965/2017 – TCU – Plenário, que teve como objeto a contratação de Comunicação Corporativa, anteriormente pretendida pelo então Ministério da Integração Nacional.

Entre outros aspectos, a Corte de Contas se manifestou com relação a escolha da modalidade licitatória, a estrutura de comunicação integrada, a pesquisa de preços e aos instrumentos de planejamento da contratação utilizados à época.

Diante desse cenário, e visando evitar futuros questionamentos, a Assessoria de Comunicação Social, em resposta ao Despacho CGSL (MDR) (1619563) sugeriu o encerramento do referido processo e a abertura de nova instrução processual para a contratação de serviços de comunicação social, com o devido atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União, conforme coubesse.

Sendo assim, instaurou-se o processo 59000.029924/2019-59, buscando abranger as demandas de ambas as Pastas fundidas no Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como o saneamento das questões apontadas pelo Tribunal de Contas da União nos Acórdãos 1.965/2017 – TCU – Plenário e 2.693/2019 – TCU – Plenário.

O referido processo também seguiu bastante adiantado, sendo instruído com Documento de Formalização de Demanda, Estudos Preliminares com a devida pesquisa de preços, análise de riscos, Projeto Básico, Minuta de Edital e de Contrato, e inclusive passando por análise da Conjuração, que não foi concluída.

Todavia, com a troca da gestão ministerial, em fevereiro de 2020, as estratégias de comunicação da Pasta foram revistas, restando concluído que o ideal seria a contratação de serviços de comunicação pública e de comunicação digital de forma separada, já para atender a recente orientação do Governo Federal no sentido de priorizar a comunicação por meio das redes sociais.

Por tal razão o processo de contratação que estava em andamento foi encerrado, ensejando o presente estudo técnico preliminar, que deverá se ater aos regramentos atuais da legislação em vigor e da Secom, aos apontamentos recebidos do TCU relativos ao histórico do Ministério e a nova estratégia de comunicação social do Órgão.

Termos de Execução Descentralizada

A fim de evitar a descontinuidade dos serviços, em março de 2018, o Ministério da Integração Nacional encaminhou ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC proposta de Termo de Execução Descentralizada - TED, para a realização dos serviços de Comunicação Corporativa, incluindo itens de serviços de comunicação digital, como se verifica no processo nº 59110.000016/2018-55. Trata-se da utilização do contrato nº 05/2018, do MCTIC, oriundo da Concorrência nº 01 /2017 do referido órgão.

Conforme exposto na tabela abaixo, o TED de número 03/2018, celebrado entre o Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, vem sendo executado e renovado com adaptações a cada renovação, de modo que foram demandados itens de serviços/produtos diferentes em cada período, mas sempre prevendo serviços de comunicação digital. Foram previstos, ainda, gastos com deslocamentos para reembolso de diárias e passagens (item de serviços complementares).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	N. do Doc. no SEI	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRODUTOS/ SERVIÇOS (em negrito serviços de comunicação digital)	VALOR

				- Atendimento de demandas da contratante; - Avaliação de percepção de imagem; - Mapa de influenciadores; - Diagnóstico e Matriz Estratégica; - Plano estratégico de ações de comunicação; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Contatos proativos com veículos de comunicação; - Planejamento e execução de media training; - Análise de jornais, revistas, blogs, redes sociais e portais de notícias; - Auditoria de imagem;	
				- Clipping regional e nacional - Jornais, revistas e portais de notícias, tvs, rádios; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Edição de texto em língua portuguesa; - Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento; - Podcast; - Conteúdo e design para apresentação; -	
TED 03/2018	Plano de trabalho: 0833216 TED: 0833221	26/03/2018	Maior setembro de 2018		R\$ 5.874.712,30 (cinco milhões, oitocentos e setenta e quatro mil setecentos e doze reais e trinta centavos)

				Banco de mídia; - Planejamento de ações institucionais para relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Infográfico estático e/ou impresso; - Infográfico dinâmico; e - Atendimento.	
1º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de trabalho: 0983945 1º TA TED: 0983947	31/08/2018	Outubro a dezembro de 2018	- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Contatos proativos com veículos de comunicação; - Análise de jornais, revistas, blogs, redes sociais e portais de notícias; - Auditoria de imagem; - Clipping regional e nacional - jornais e portais de notícias, tvs, rádios; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Edição de texto em língua portuguesa; -	R\$ 3.194.458,49 (três milhões, cento e noventa e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos)

				Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (Vídeo release); - Podcast; - Banco de mídia; - Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Atendimento.	
2º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de trabalho: 1100132 2º TA TED: 1100129	26/12/2018	Janeiro a fevereiro de 2019	- Atendimento de demandas da contratante - Atendimento de demandas de veículos de comunicação	R\$ 70.792,53 (setenta mil setecentos e noventa e dois reais e três centavos)
3º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de trabalho: 1139921 TED: 1135343	19/02/2019	Fevereiro a agosto de 2019	- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais	R\$ 1.995.207,02 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil setenta e dois reais e dois centavos)

<p>4º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018</p>	<p>Plano de trabalho:</p> <p>1470402</p> <p>TED:</p> <p>1470403</p>	<p>19/08/2019</p>	<p>Agosto de 2019 a fevereiro de 2020</p>	<p>- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais); - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico</p>	<p>R\$ 2.760.001,13 (dois milhões, setecentos e sessenta mil um reais e treze centavos)</p>
<p>5º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018</p>	<p>Plano de Trabalho:</p> <p>1750808</p> <p>TED:</p> <p>1750050</p>	<p>19/02/2020</p>	<p>Fevereiro a Agosto de 2020</p>	<p>- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores</p>	<p>R\$ 2.671.636,98 (dois milhões, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos).</p>

				nas mídias digitais); - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico	
6º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de Trabalho: 1750808 TED: 1876096	21/05/2020	Fevereiro a Agosto de 2020 - Reajuste de valor	- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais); - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico	R\$ 3.161.715,29 (Três milhões, cento e sessenta e um mil, setecentos e quinze reais e vinte e nove centavos) (valor do 5º TA ajustado)
				- Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Fotografia; -	

7º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de Trabalho: 1911338 TED: 1913881	25/06/2020	Fevereiro a Agosto de 2020 - Inclusão de quantitativos e de serviços	Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais); - Podcast; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico	R\$ 3.619.531,14 (três milhões, seiscentos e dezenove mil, quinhentos e trinta e um reais e quatorze centavos)
8º Termo Aditivo ao TED n. 03/2018	Plano de Trabalho: 2001011 TED: 2001013	19/08/2020	Agosto a Outubro de 2020	Atendimento de demandas da contratante; - Atendimento de demandas de veículos de comunicação; - Elaboração de texto em língua portuguesa; - Conteúdo Multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Infográfico dinâmico	R\$768.055,02 (setecentos e sessenta e oito mil, e cinquenta e cinco reais e dois centavos)

O Ministério das Cidades também utilizou o contrato do MCTIC por meio de Termo de Execução Descentralizada, em 2018, com previsão de execução inicial por 2 meses, de março a maio de 2018, sendo renovado por mais 6 meses ou até o encerramento do processo licitatório.

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	N. do Doc. no SEI	DATA DA ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRODUTOS/ SERVIÇOS (em negrito serviços de comunicação digital)	VALOR

TED 01/2018	1214041	29/03/2018	Março a maio de 2018	- Atendimento de demandas da contratante; - Avaliação de percepção de imagem; - Mapa de influenciadores; - Diagnóstico e Matriz Estratégica; Plano estratégico de ações de comunicação; - Planejamento e execução de media training; - Treinamento para apresentações; - Análise de jornais, revistas, blogs, redes sociais e portais de notícias; - Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias; - Reportagem em vídeo (Vídeo release); - Vídeo depoimento (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias digitais); - Podcast (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias sociais); - Banco de mídia; - Planejamento de ações institucionais para relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Diagramação de apresentações eletrônicas; - Infográfico estático e/ou impresso; - Infográfico dinâmico; - Atendimento.	R\$ 1.516.724,97 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil setecentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos)
				- Atendimento de demandas da contratante; - Fotografia; - Monitoramento de conteúdo em redes	

TED 02/2018	1324405	29/06/2018	Maio a outubro de 2018	socialis, blogs e portais de notícias; - Podcast (para distribuição à imprensa e públicos influenciadores nas mídias sociais); - Banco de mídia; - Conteúdo multimídia para relacionamento em ambientes digitais; - Ações de relacionamento com públicos influenciadores em ambientes digitais; - Infográfico estático e/ou impresso; - Infográfico dinâmico; - Atendimento.	R\$ 1.500.000,00 (um milhão quinhentos mil reais)
--------------------	---------	------------	------------------------	---	---

Ressalta-se que a composição do objeto feita pelo MCTIC, utilizando o modelo sugerido pela SECOM, tem atendido às demandas das extintas Pastas da Integração Nacional e das Cidades e, atualmente, do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR.

Em relação ao TED 03/2018 celebrado entre o MCTIC e o MI (atualmente MDR), nota-se que não houve linearidade em relação aos produtos consumidos, ao longo de sua execução, considerando todas as prorrogações.

A aglutinação dos extintos Ministérios - da Integração Nacional e das Cidades, causou uma concentração de pastas complexas, cujo planejamento e ações afetam diretamente a vida de milhões de brasileiros, como obras de grande complexidade em prol da segurança hídrica; obras que visam a prevenção a desastres e maior resiliência das urbes brasileiras; ações de resposta e recuperação em casos de desastres naturais; melhorias de mobilidade urbana; acesso a saneamento básico e moradia, dentre outras missões institucionais. Por isso, o órgão é alvo de demandas constantes de influenciadores digitais. O enorme volume de informações e questionamentos recebidos diariamente, com graus diferenciados de complexidade (demandas por detalhes técnicos específicos para o foco da matéria que a mídia pretende produzir), recebe prioridade na Assessoria de Comunicação do MDR, devido ao grande prejuízo institucional que o não atendimento dessas demandas pode causar. Fato é que as plataformas e tecnologias têm sido cada vez mais utilizadas para prestar informações, mobilizar, engajar, educar e oferecer facilidades por meio dos serviços *on-line* disponibilizados aos cidadãos. Serviços de Comunicação Digital auxiliarão na definição de quais as melhores formas de dialogar com cada público de um Ministério com assuntos tão diversos como o do Desenvolvimento Regional. A contratação possibilitará o desenvolvimento e o emprego de ferramentas apropriadas para atingir cada um destes públicos da maneira mais eficiente, levando as informações de interesse público, ampliando a transparência e o acesso do cidadão aos serviços e programas sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Portanto, conclui-se que, para o atendimento seguro, pleno e satisfatório das demandas de comunicação digital, de forma que haja um planejamento coeso para a implementação de ações pró-ativas, faz-se necessária a ampliação do rol de produtos e serviços a consumir.

Acórdão 1.965/2017 - TCU - Plenário e Acórdão 2693/2019 - TCU - Plenário

Conforme já mencionado, o processo n. 59110.000226/2016-81, do Ministério da Integração Nacional, foi objeto de análise pelo Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU. Vejamos abaixo os principais pontos do Acórdão 1.965/2017-TCU:

- 9.4. dar ciência ao Ministério da Integração, para fins de aperfeiçoamento de seus procedimentos administrativos, que, no exame da Concorrência 001/2017 - Processo 59110.000226.2016-81, foram constatadas as seguintes irregularidades que não ensejaram a proposição de audiências:
 - 9.4.1. não restou demonstrada a inviabilidade de parcelamento do objeto licitado, restando caracterizado o descumprimento do disposto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e Súmula TCU 247;
 - 9.4.2. está superestimado o valor de bloqueio da disponibilidade orçamentária do montante estimado para a contratação, em razão de o resultado do recálculo da estimativa de preços não haver sido informado à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças para fins de retificação e ajuste da dotação orçamentária;
 - 9.4.3. houve insuficiente clareza na fixação do critério de aceitabilidade de preços unitários e global para o objeto da licitação, contrariando o disposto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993;
 - 9.4.4. a teor do disposto no art. 11 da IN 02/2008, a simples entrega de um relatório mensal de atividades realizadas não se constitui unidade de medida adequada para mensuração de resultados e pagamentos de serviços, conforme verificado nos itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas”

(apêndice I do edital) do objeto da contratação pretendida;

9.4.5. os itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas” configuram, de fato, a adoção do critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, uma vez que indicam a qualificação dos profissionais e a quantidade de postos necessária para a prestação dos serviços, sendo que a unidade de medida adotada (entrega de relatório mensal) não permite a efetiva mensuração de resultados;

9.4.6. ainda em relação aos itens “1.1.1.1 Gerenciamento” e “1.1.1.2 Coordenação de demandas” não restou evidenciado que o dimensionamento das equipes fixas tenha respaldo em estudos técnicos preliminares e, tampouco, que o descritivo de atividades seja suficiente para justificar a contratação desses serviços como sendo de natureza continuada;

9.5. indeferir o pedido de ingresso nestes autos, na condição de interessada, formulado pela Associação Brasileira das Agências de Comunicação (ABRACOM), por falta de amparo regimental; e

9.6. dar ciência desta deliberação, mediante o envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à representante e ao Ministério da Integração.

Com a elaboração do presente Estudo Preliminar, almeja-se evitar as irregularidades/inconsistências verificadas no processo anterior. Seguem listadas abaixo algumas medidas tomadas para sanar as questões suscitadas:

I - Da utilização da modalidade Concorrência em lugar de Pregão:

No acórdão restou apontado que:

I – Da utilização da modalidade Concorrência em lugar de Pregão

7. Inicialmente, houve questionamento acerca da escolha da modalidade Concorrência, do tipo “melhor técnica”, ao invés de ser utilizado o pregão para a contratação dos serviços, muitos deles de natureza comum.

8. Após examinar os elementos trazidos aos autos pelo Ministério, concluiu a Selog, no ponto examinado, que procede a representação, haja vista que não foi devidamente justificada a realização da licitação na modalidade Concorrência, do tipo “melhor técnica”.

9. Informa a Selog, porém, que “ultrapassa o escopo desta análise indicar, conclusivamente, se os ‘serviços de comunicação’ pretendidos pelo MI devem ou não ser licitados com a realização de pregão eletrônico”.

10. E depois de comparar o caso concreto com os casos colhidos na jurisprudência desta Corte de Contas acerca do tema da escolha da modalidade Concorrência, do tipo “melhor técnica”, em detrimento da eleição do pregão para a obtenção da proposta mais vantajosa, conclui a unidade técnica que, “Conclusivamente, compete ao gestor, uma vez que indicou a realização do certame na modalidade Concorrência, do tipo ‘melhor técnica’, demonstrar de forma circunstanciada, que a opção indicada observou o disposto nos artigos 25 a 27 da IN 02/2008 e no art. 2º do Decreto 2.271/1997 e, ainda, se está alinhada às condições estabelecidas no art. 6º, inciso IX, e no art. 46, caput e § 3º da Lei 8.666/1993, o que, no presente caso, não ocorreu”.

Quanto à modalidade da licitação, informa-se que a escolha foi justificada neste Estudo Preliminar, conforme itens LEVANTAMENTO DE MERCADO e DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO. Apesar da recomendação do TCU, a equipe de planejamento optou pela modalidade concorrência, tipo Técnica e Preço. Isso porque entendeu que é altamente relevante a necessidade da escolha da técnica comunicacional mais adequada ao Órgão, aliada ao melhor preço apresentado, conforme tópico LEVANTAMENTO DE MERCADO.

II - Do não parcelamento do objeto:

Ante o apontamento do TCU de que não restou demonstrada a inviabilidade de parcelamento do objeto licitado, a equipe de planejamento buscou apontar a necessidade de contratar serviços integrados. Todavia, parcelou os serviços de comunicação em duas contratações: corporativa e digital. Quanto ao não parcelamento do objeto, informa-se que as justificativas encontram-se neste Estudo Preliminar, conforme itens LEVANTAMENTO DE MERCADO, DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO e JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

III - Da frustração à competitividade mediante exigências indevidas e da subjetividade no exame da capacitação pela equipe técnica:

Da análise do Acórdão, temos que:

131. Conclui-se, no ponto, pela procedência da Representação quanto a não haver sido devidamente justificada a inserção de exigências concernentes à atribuição de pontuação da proposta técnica, com caráter eliminatório, de “capacidade de atendimento”, pois pontuam o porte, os diferenciais, a capacitação da equipe técnica e a estrutura física existente das licitantes sem sequer estabelecer critérios objetivos para julgamento.

Informa-se que, quando da elaboração dos documentos que irão compor o instrumento convocatório - Edital, Projeto Básico, Minuta Contratual -, serão estabelecidos critérios objetivos que garantam a isonomia no certame licitatório, bem como serão observados os princípios básicos elencados no art. 3º da Lei 8.666/1993.

A necessidade de avaliação da capacidade de atendimento das licitantes fundamenta-se, ainda, no inciso II do art. 30, da Lei n. 8.666/1993:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Conforme a sistemática adotada pela Lei de Licitações, a Administração deverá analisar a qualidade técnica dos licitantes, com a finalidade de aferir se os mesmos dispõem de conhecimento, experiência, estrutura, aparelhamento técnico e humano suficientes para satisfazer o contrato a ser celebrado.

IV - Da análise de mídia:

Do Acórdão podemos inferir:

“151. Conclui-se, no ponto, pela procedência parcial da Representação quanto a não haver sido devidamente justificada a inserção de exigência que demandava a elaboração ou aquisição pelos licitantes de clipping de notícias, necessário para a produção da “análise de mídia” exigida e que deveria integrar a proposta técnica, pois o Ministério da Integração já disporia desse clipping e não se vislumbrou, sob o critério da razoabilidade, a existência de óbices para que o clipping de notícias, do período de 10/1/2017 a 15/3/2017, houvesse sido colocado à disposição dos potenciais licitantes para fins de elaboração de suas propostas técnicas, caracterizando-se, portanto, a injustificada inclusão de quesito de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes teriam de incorrer em custos desnecessários anteriormente à celebração do contrato, contrariando vedação contida na Súmula 272 do TCU, além de propiciar potencial direcionamento do resultado da licitação, contrariando o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I e no art. 44, § 1º, da mesma Lei 8.666/1993.”

Não haverá mais a exigência do quesito "Análise de Mídia" para julgamento das propostas técnicas. Sendo assim, os licitantes não têm de incorrer em custos desnecessários previamente à celebração do contrato e não há direcionamento do resultado da licitação.

V - Da estimativa de preços:

Com relação às estimativas de valores, a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) indicou, no Acórdão 1.965, item 257, a necessidade de melhor instrução processual em relação aos seguintes pontos:

a) a previsão da contratação de “serviços ou produtos não precificados”, não sendo estes descritos de forma explícita e tampouco quantificados, que foi mantida na versão publicada do Edital da Concorrência 001/2017, configura grave violação ao disposto no art. 7º, § 4º, no art. 6º, inciso IX, e no art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/1993, o que enseja a anulação do certame;

Com relação à contratação de produtos e serviços "não precificados", observa-se grande similaridade entre aqueles produtos e os atuais denominados "serviços complementares". Trata-se de produtos e serviços passíveis de subcontratação, não essenciais, imprevisíveis, mas que podem ser necessários à execução contratual, por estarem ligados diretamente à solução de comunicação proposta, conforme define a Secretaria de Comunicação Social (SECOM), em sua IN 4/2018.

Ao analisar o Edital de Concorrência n. 01/2017 do MCTIC, utilizado por meio de TED pelo MDR, observa-se que itens relacionados a deslocamento (hospedagem e passagens aéreas), constavam da tabela de itens "não precificados", conforme se verifica no Apêndice IV do Anexo I do Edital. No atual modelo de edital disponibilizado pela Secom, os itens relacionados a deslocamento não mais constam do catálogo de itens complementares. Apenas limitou-se o gasto com deslocamento a um percentual do valor contratual (de até 15% do valor estimado do contrato, conforme sugestão do modelo da Secom). No atual modelo, define-se como itens complementares aqueles que auxiliarão no adequado cumprimento da solução de comunicação, como, por exemplo, espaço para evento, mobiliário, material de expediente, aparelhos de sonorização e iluminação, entre outros.

Mesmo que justificável a previsão de contratação de itens complementares, conforme Nota Técnica n. 39/2017/DENOR/SGC /SECOM/SG-PR, cujo assunto tratou da "Instrução Normativa para disciplinar as licitações e os contratos de serviços de

comunicação corporativa", optou-se pela não inclusão da previsão de utilização de produtos e serviços complementares na contratação ora proposta. Essa decisão encontra-se alicerçada tanto no histórico dos últimos anos de prestação de serviços de comunicação, em que não houve contratação dos itens complementares elencados no modelo de Edital (apêndice II do Projeto Básico) da Secom, como também em respeito às recomendações do Tribunal de Contas da União ao Ministério da Integração Nacional, quando o Tribunal teceu críticas contundentes ao Projeto Básico com relação à previsão de itens não precificados.

b) a estimativa de preços foi realizada com base, apenas, em cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, envolvendo a solicitação de propostas a empresas com objeto social estranho ao objeto a ser licitado e desconsiderando os valores praticados no contrato ainda em execução, contrariando farta jurisprudência do TCU indicando que a realização de pesquisa de preços para elaboração de orçamento básico de licitação com respaldo apenas em consulta a empresas privadas não atende o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/1993, devendo, ainda, serem adotadas outras fontes como parâmetro, como contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades públicas, mídias e sítios eletrônicos especializados e portais oficiais de referenciamento de custos (dentre outros, Acórdãos 3.010/2016 – TCU – Plenário – Ministro Relator Weder de Oliveira, 2.816/2014 – TCU – Plenário – Ministro Relator José Múcio Monteiro e 853/2014 – 1ª Câmara – Ministro Relator Augusto Sherman);

Quanto à pesquisa de preços, informa-se que os procedimentos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05/2014 foram observados e a metodologia utilizada para obtenção dos preços que compuseram o valor estimado da contratação está detalhada neste Estudo Preliminar, conforme item ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

c) está superestimado o valor de bloqueio da disponibilidade orçamentária do montante estimado para a contratação na Concorrência 001/2017, em razão de o resultado do recálculo da estimativa de preços não haver sido informado à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, para fins de retificação e ajuste da dotação orçamentária;

Será realizada nova solicitação de bloqueio da disponibilidade orçamentária, conforme valor estimado da contratação.

d) houve insuficiente clareza na fixação do critério de aceitabilidade de preços unitários e global para o objeto da licitação, contrariando o disposto no art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993;

Serão implementadas alterações no Edital, com novas explanações, baseadas nos modelos disponibilizados pela Secom.

Recentemente, em novembro de 2019, a Corte de Contas divulgou novo ACÓRDÃO nº 2.693/2019 – TCU – Plenário (1618458). Como se extrai do documento, o Tribunal de Contas da União rejeitou as argumentações de defesa quanto às irregularidades indicadas no Acórdão nº 1.965/2017 – TCU – Plenário, que teve como objeto a contratação de Comunicação Corporativa, anteriormente pretendida pelo então Ministério da Integração Nacional.

Entre outros aspectos, o Tribunal de Contas da União retomou as manifestações relacionadas a escolha da modalidade licitatória, a estrutura de comunicação integrada, a estimativa de quantidade e de preços e aos instrumentos de planejamento da contratação utilizados à época:

7. As defesas apresentadas pelos gestores, detalhadas no relatório precedente, são similares e informam que a elaboração dos documentos tomou por base editais produzidos por outros três órgãos para contratação de serviços da mesma natureza, bem como considerou dados fornecidos pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e pela Associação Brasileira das Agências de Comunicação (Abracom).

8. Informam, ainda, que pelo fato de os serviços contratados serem de natureza predominantemente intelectual, foi escolhida a modalidade concorrência, do tipo “melhor técnica”, a exemplo de outros órgãos. A ausência de parcelamento teria fundamento no conceito de “Comunicação Integrada”, o que inviabilizaria a divisão do objeto em eventuais parcelas.

9. Entendo não ser possível acolher as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis. Apesar da inexistência de débito, em face de atuação tempestiva deste Tribunal ao determinar a adoção de medidas corretivas ao ministério responsável, as irregularidades registradas são graves, seja em função do número de ocorrências, seja em função da materialidade dos recursos envolvidos. A dimensão da contratação em análise exigiria maior cuidado na definição das diretrizes fixadas no instrumento convocatório, em especial pelo fato de a contratação anterior para o atendimento da demanda apresentar valores significativamente menores do que aqueles incorporados à Concorrência 001/2017, sem que houvesse registro de apontamentos negativos em relação ao contrato até então vigente.

10. A inserção no processo administrativo SEI 59110.000226/2016-81 do “Estudo Técnico Preliminar da Contratação” (peça 14, p. 101-105) e do “Plano de Trabalho” (peça 14, p. 106-110), elaborados de modo superficial sem o atendimento às demandas legais caracterizam o descumprimento, na fase de planejamento da

licitação, do disposto no art. 6º, inciso IX, e art. 46, § 3º, da Lei 8.666/1993, art. 2º do Decreto 2.271/1997; art. 6º, § 3º, e artigos 25, 26 e 27 da IN 02/2008, além da não observância das recomendações contidas nos itens 9.1.21 a 9.1.24.4 do Acórdão 2.212/2016 – TCU – Plenário, que tratou de auditoria realizada no Ministério da Integração Nacional com objetivo de avaliar as práticas de governança e de gestão de aquisições na Administração Pública Federal.

11. A inconsistência desses estudos acabou por ensejar conclusões contraditórias no curso do processo e potencialmente lesivas ao erário, com valores de orçamento base elevados, não coincidentes e superiores aos pagos em contratações anteriores, ilustrado pela unidade técnica:

(...)

12. Ainda, a deficiência dos estudos ensejou o somatório de serviços de natureza bastante distinta em uma mesma licitação, a exemplo de “Comunicação Pública”, “Relações com a Imprensa” e “Relações Públicas”, sob a titulação genérica de “Comunicação Corporativa”, reduzindo competição no mercado em face do menor número de empresas que prestam todos eles de modo conjunto. A adequada conceituação e diferenciação de cada um desses serviços foi aclarada por meio da Instrução Normativa SECOM-PR nº 5/2011, com as seguintes identificações de áreas específicas:

I - Comunicação Digital;

II - Comunicação Pública;

III - Promoção;

IV - Patrocínio;

V - Publicidade, que se classifica em:

a) publicidade de utilidade pública;

b) publicidade institucional;

c) publicidade mercadológica; e

d) publicidade legal.

VI - Relações com a Imprensa;

VII - Relações Públicas.

13. Desse modo, a aglutinação de grande parte dos serviços em apenas uma licitação, sem que houvesse justificativas suficientes para embasar a escolha de mudança do modelo, em valores significativamente superiores, deve ser reprovada diante da inobservância do parcelamento adequado previsto no art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93.

14. Também a escolha da modalidade concorrência do tipo “melhor técnica” neste caso mostrou-se inapropriada. Com efeito, este Tribunal já havia deliberado, em caso similar, por meio do Acórdão 1.074/2017-TCU-Plenário a respeito da inviabilidade dessa escolha. Acrescento registro materializado no parecer do MPTCU apresentado no relatório precedente:

(...)

15. Vale salientar, no caso em análise, que não é apropriado buscar no art. 5º da Lei 12.232/2010 a justificativa para a escolha do tipo “melhor técnica”, uma vez que a mencionada lei tem por foco a disposição de normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Os serviços relacionados no apêndice VI do edital possuem contornos que os afastam da categorização de natureza intelectual ou de publicidade, a exemplo de assessoria de imprensa (peça 31, p. 19-20 e 22), clipping (peça 31, p. 20 e 23), media training (peça 31, p. 22), eventos (peça 31, p. 26), serviços como fotografia (peça 31, p. 20 e 23) e elaboração e tradução de textos (peça 31, p. 23).

16. O contexto da definição desse tipo de licitação é agravado pela inclusão de exigências no edital do certame sem critérios objetivos de julgamento, a exemplo de atribuição de pontuação com caráter eliminatório ao “porte”, “diferenciais”, “capacitação da equipe técnica” e “estrutura física existente”, em afronta ao art. 46, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993. Some-se a essa irregularidade a previsão de contratação de serviços ou produtos não

precificados ou quantificados ou a inclusão de quesito de pontuação técnica “análise de mídia” que levariam os licitantes a arcar com custos desnecessários durante o processo licitatório.

17. Cabe, entretanto, neste caso, considerar a atenuante de que os erros reportados também decorreram da opção dos gestores em utilizar editais de outros órgãos para o alinhamento das regras da Concorrência 001/2017, fato que, apesar de não os eximir das diversas irregularidades constatadas, foi considerado na dosimetria da multa sugerida na proposta de acórdão, com a redução do valor a ser aplicado aos responsáveis. Como salientado neste voto, existe um conjunto robusto de irregularidades que ultrapassam a mera questão afeta à utilização de padronização de edital, a exemplo de estimativa de valores elevados do orçamento de referência, sem a motivação adequada, e de estudos insuficientes constantes do projeto básico e do estudo técnico preliminar da contratação.

(...)

Em relação à tentativa de contratação realizada por meio do processo n. 59110.000002/2019-12, verifica-se que o objeto abrangia uma solução ampla, com produtos relacionados às mais diversas áreas de comunicação. Já no processo nº 59000.029924/2019-59, a contratação previa uma quantidade menor de serviços, mais relacionadas aos serviços comuns de comunicação, razão pela qual optou-se pelo pregão.

As tentativas anteriores de contratação foram encerradas, não obstante, perdurando a necessidade do serviço, os presentes autos foram abertos com o fito de levar adiante a contratação de comunicação digital, bem como adequar o feito à Instrução Normativa n. 40, de 22 de maio de 2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão. Dessa forma, a presente contratação tem como pressuposto a superação dos apontamentos relativos à natureza do objeto contratual, bem como a adequação aos novos normativos que regem as contratações públicas e a estratégia atual de comunicação do Órgão.

5. CLASSIFICAÇÃO TERMOS DA LEI N. 12.527/11

As informações relativas à contratação ora pretendida não exigem classificação como ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei n. 1.257/2011.

6. Descrição da necessidade

Em função da publicação do Decreto n. 9.666, de 02 de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.290, de 22 de março de 2020, que tratam da fusão das Pastas do Ministério da Integração Nacional com o Ministério das Cidades, o novo Mapa Estratégico do Ministério do Desenvolvimento Regional enfrenta e enfrentará um desafio de integrar, numa única Pasta, as diversas políticas públicas de infraestrutura urbana (saneamento básico, habitação, mobilidade, segurança hídrica, prevenção e resiliência relacionadas a desastres naturais) e de promoção do desenvolvimento produtivo regional e urbano. O MDR reúne iniciativas para otimizar a administração de programas, recursos e financiamentos. É um dos maiores interlocutores do Governo Federal com os 5.570 municípios brasileiros, atuando conforme as grandes estratégias de Desenvolvimento Regional e Urbano (Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDR e PNDU).

Dentre as atribuições previstas para as pastas do órgão, destacam-se:

- Desenvolver a capacidade produtiva de regiões menos favorecidas, induzindo a estruturação e a adoção de novas tecnologias pelas cadeias produtivas;
- Planejar, coordenar e executar ações em prol da segurança hídrica do país;
- Ampliar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda;
- Melhorar a gestão dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento;
- Fortalecer a gestão de riscos e de desastres;
- Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos precários;
- Integrar as políticas públicas para o desenvolvimento de cidades e regiões;
- Fomentar o ordenamento territorial urbano;

- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa;
- Aprimorar a governança corporativa;
- Fomentar parcerias com o setor privado;
- Promover a valorização dos servidores;
- Aprimorar a governança de TIC;
- Realizar a gestão orçamentária com foco estratégico.

O Ministério do Desenvolvimento Regional, para cumprir na integralidade a sua obrigação constitucional de prestar contas à sociedade, identificou a necessidade de contratação de serviços de comunicação digital através de empresa especializada. Reitera-se que, para a efetiva e eficaz comunicação com seus diversos públicos e com influenciadores digitais em geral, faz-se necessária a contratação de empresa capacitada para a disseminação de informação de forma ágil, técnica e inteligível, atendendo tanto aos anseios dos questionadores, quanto aos dos demandantes internos, trabalho este coordenado pela Assessoria de Comunicação Social - Ascom.

São objetivos gerais da comunicação social do Ministério do Desenvolvimento Regional:

- planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades de comunicação social do Ministério, em consonância com as orientações da Secretaria Especial da Comunicação da Presidência da República;
- assistir ao Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério nos assuntos de comunicação social;
- atender solicitações dos órgãos de imprensa nacional e regional;
- monitorar e avaliar noticiários dos meios de comunicação social;
- monitorar e avaliar os perfis oficiais do MDR nas redes sociais;
- acompanhar, orientar e noticiar a participação de autoridades, servidores do Ministério e suas entidades vinculadas em eventos de interesse da Pasta;
- manter atualizado registro noticioso e fotográfico das atividades de interesse público desempenhadas pelo Ministério em seu portal e redes sociais, bem como em meios de divulgação voltados a seu público interno, observados aspectos de qualidade, coerência e adequação das informações;
- manter relacionamento com veículos de comunicação e formadores de opinião para a divulgação das ações desenvolvidas pelo Ministério;
- contornar cenários de crises institucionais;
- reforçar a comunicação dos projetos e programas desenvolvidos de forma congruente.

O advento dos meios digitais de comunicação proporcionou uma interlocução direta com o cidadão, trazendo avanços importantes para transparência e publicidade dos atos públicos, para a prestação de contas e de serviços, mas ela também impôs desafios gigantescos. A proliferação das chamadas "fake news" exige monitoramento constante destes canais digitais de comunicação, bem como ações rápidas que evitem a disseminação de informações falsas. Todos esses desafios justificam a contratação de serviço especializado de comunicação digital.

O Ministério do Desenvolvimento Regional não pode prescindir de um assessoramento nas áreas específicas de comunicação digital para, em articulação com os outros serviços congêneres, promover a relação com os mais diferentes públicos no tocante à missão institucional do órgão. Trata-se de uma área muito sensível e dinâmica.

Por isso, a contratação de empresa especializada, que detenha experiência e domine técnicas modernas e eficazes de comunicação digital e relacionamento, certamente ampliará a capacidade e eficiência das ações da Assessoria de Comunicação deste Ministério, cujos resultados trarão benefícios para a Administração Pública.

A empresa contratada também subsidiará a área de comunicação acompanhando a presença do Ministério do Desenvolvimento Regional e seus porta-vozes na mídia e redes sociais, identificando e antecipando os eventos com potencial de se transformar em notícia, o que permitirá um melhor posicionamento da própria instituição, contribuindo, assim, para fortalecer a imagem institucional e dos programas e ações, inclusive em momentos de crise.

Não há sobreposição de objetos entre a presente contratação de comunicação digital, e as contratações de comunicação corporativa (processo nº 59000.006954/2020-21) e de publicidade de utilidade pública (processo SEI nº 59000.013785/2020-85).

A comunicação corporativa trata de um conjunto de ações, estratégias, produtos e processos com a finalidade de reforçar a imagem do Órgão e seu relacionamento com a imprensa e público. Serviços relacionados à assessoria de imprensa, assessoramento de autoridades, relações públicas, coordenação de demandas, planejamento e organização de eventos, mídia training, fotografias, entre outros, são importantes atividades que englobam os serviços prestados por uma empresa de Comunicação Corporativa.

A Secom disponibiliza modelos de editais e Instruções Normativas diferentes para cada tipo de serviço de comunicação (corporativa e digital). Há ainda que deixar claro que ambos os tipos de serviços são complementares e fundamentais para uma boa comunicação com os usuários e beneficiários de serviços e políticas públicas.

Além disso, o objeto da contratação de comunicação digital difere da contratação de publicidade, que também está sendo realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Apesar de ambas poderem utilizar os meios digitais como forma de comunicação, a natureza da mensagem utilizada é bastante diferente uma da outra. O contrato de comunicação digital diz respeito às atividades rotineiras e continuadas de comunicação, como o relacionamento com o público nas redes sociais, por exemplo. Já no contrato de publicidade é possível que sejam criados conteúdos para o meio digital, mas eles serão desenvolvidos no contexto publicitário, dentro de campanhas, como anúncios. Enquanto o primeiro contrato diz respeito à rotina de comunicação com o público no meio digital, o segundo trata de produção de anúncios, podendo ou não ter peças destinadas ao meio digital. Os produtos não se confundem nem quanto à natureza e nem quanto ao propósito, não havendo sobreposição.

A IN 01/2017 da Secretaria Especial de Comunicação Social - Secom conceitua publicidade de utilidade pública e comunicação digital como:

I – b) Publicidade de Utilidade Pública: destina-se a divulgar temas de interesse social e apresenta comando de ação objetivo, claro e de fácil entendimento, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos;

(...)

VI. Comunicação Digital: ação de comunicação que consiste na convergência de conteúdos, mídias, tecnologias, dispositivos e canais digitais para interação, acesso e troca de informações. Oferece recursos e abordagens complementares às demais ferramentas, bem como potencial para expansão dos efeitos das mensagens e das ações de comunicação desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. (grifos nossos)

Portanto, resta claro que a natureza da mensagem em uma campanha de publicidade possui o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para a adoção de comportamentos que gerem benefícios individuais e/ou coletivos, enquanto a natureza da mensagem na comunicação digital é voltada para interação, acesso e troca de informações.

Veja que no primeiro caso o intuito é o de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral. A publicidade de utilidade pública possui a característica de informar o público alvo específico, que pode ser diretamente atingido ou afetado por uma determinada política pública.

Já a comunicação digital possui um público mais abrangente, com viés de transparência e publicidade de atos. Além disso, a comunicação digital também é usada para evitar a proliferação das chamadas "fake news", exige monitoramento constante dos canais digitais de comunicação, bem como ações rápidas que evitem a disseminação de informações falsas.

Todos esses desafios justificam a contratação de serviço especializado de comunicação digital e também de publicidade de utilidade pública, pois não se sobrepõem. E, caso ocorra semelhanças entre os serviços em algum momento, caberá à gestão contratual evitar a utilização dos serviços em duplicidade para a mesma tarefa ou atividade, devendo, pois, ser levado em consideração em qual contratação haverá maior vantajosidade e economicidade ao Órgão.

Os serviços constantes deste documento serão realizados e executados sob a supervisão, coordenação e orientação da Assessoria de Comunicação Social deste Ministério.

7. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Comunicação Social	Rodrigo Kaiser Saccone

8. Descrição dos Requisitos da Contratação

Da aferição dos serviços:

Os serviços objeto desta contratação serão realizados na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, ou seja, quando se contrata a execução de serviço por preço certo de unidades determinadas, conforme art. 6º, inc. VIII, da Lei n. 8.666/1993. Tal regime de execução se dá pela impossibilidade de prever com exatidão os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Sendo assim, os quantitativos estabelecidos nos documentos que irão compor o instrumento convocatório são meramente estimativos, devendo ser executados à medida da necessidade e conveniência do Ministério do Desenvolvimento Regional, que poderá readequá-los de forma diferente do previamente estabelecido, desde que justificadamente e respeitado o valor contratual global fixado. Isso se deve ao fato de que as demandas de comunicação, em grande medida, são *imprevisíveis* e acabam por fugir ao planejamento da Administração, especialmente em momentos de crise.

Quanto à análise da aferição dos serviços, verificou-se qual a metodologia mais adequada à contratação em tela, se por posto de serviço, hora/homem, mensuração por resultado (produto entregue), ou, ainda, híbrido.

Em 2014, o Tribunal de Contas da União exarou o Acórdão n. 3.489/2014 - Plenário, no qual permitiu ao Ministério do Meio Ambiente a adoção do regime híbrido de aferição dos serviços, posto de trabalho e produtos, e determinou a adoção de providências quanto a um estabelecimento de instrumento para mensuração de resultados:

9.3 **determinar** ao Ministério do Meio Ambiente **que adote providências no sentido de que a execução do contrato decorrente do Pregão Eletrônico n. 7/2014 seja sempre precedida de ordem de serviço ou instrumento equivalente, que estabeleça os produtos, ou subprodutos, esperados para cada período de medição**, especificando-se o grau de qualidade exigido e a prévia estimativa do prazo necessário para a sua execução, a fim de que os pagamentos à contratada estejam condicionados à verificação de seu integral e adequado cumprimento, em consonância com os campos definidos no art. 15, inciso IV, da IN/SLTI n. 2/2008, com a prerrogativa explicitada no item 9.4 da minuta de contrato, justificando quando da impossibilidade ou desnecessidade da inclusão de algum desses campos;

(...)

(grifo nosso)

Cita-se como exemplo de regime híbrido de aferição dos serviços, ainda, o pregão n. 28/2017, do Ministério da Fazenda, que estabeleceu "Serviços permanentes de comunicação" e "Produtos". Em 2016, o Tribunal de Contas da União também adotou estrutura similar. Contudo, o estabelecimento de critérios de mensuração de resultados para postos de serviço se mostra muito complexo. A despeito de o Tribunal ter permitido a adoção do regime híbrido, nota-se que o TCU vem recomendando a adoção de mensuração por resultados.

Sendo assim, sugere-se a adoção das recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União que vem, recorrentemente, recomendando que nas contratações para prestação de serviços a remuneração deve estar preferencialmente vinculada a resultados, evitando-se, assim, o pagamento por horas de serviço (horas-homem) ou posto de trabalho, de forma a priorizar a eficiência na Administração Pública. Ou seja, o órgão contrata a empresa para realizar a atividade, interessando a ele apenas os resultados ou os produtos obtidos no prazo fixado segundo as especificações estabelecidas, independentemente de quais ou quantos funcionários a empresa empregou. A exemplo, citamos o Acórdão n. 786/2006 - TCU - Plenário:

84. Essa forma de execução permite que a remuneração da contratada seja feita com base na mensuração dos serviços e resultados, evitando-se, ao máximo, o pagamento por horas trabalhadas ou por horas de disponibilidade do pessoal (postos de serviço). Assim, a Administração paga somente pelos produtos e serviços efetivamente realizados e aceitos conforme as métricas e os padrões previamente estabelecidos. Entre as vantagens derivadas dessa sistemática, vale mencionar a eliminação ou, pelo menos, a fragilização do paradoxo.

Ainda, conforme orientação da SEGES/MP:

Art. 11. A contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente, poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho ou quantidade de horas de serviço quando houver inviabilidade da adoção do critério de aferição dos resultados.

A remuneração da contratada por quantidade de horas de serviços vem sofrendo, desde 2006, duras críticas por parte do Tribunal de Contas da União, pois essa mensuração impede a remuneração da contratada pelo que foi efetivamente executado. O modelo privilegia a má execução dos serviços, uma vez que, quanto mais horas forem utilizadas para a concretização do objeto, maior será a remuneração da contratada (sistema homem-hora).

76. A disfunção corresponde ao que denomino **paradoxo do lucro-incompetência**. Isso significa que, quanto menor a qualificação dos profissionais alocados na prestação de serviço, maior o número de horas necessário para executá-lo, maior o lucro da empresa contratada e maior o custo para a Administração.

(TCU. Acórdão nº 786/2006 - Plenário. Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti)

Sendo assim, para a presente contratação é prevista a utilização de produtos e serviços previamente estabelecidos, especificados e estimados, a serem executados sob demanda, pois é o modelo que melhor atende às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como está alinhado às últimas decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União.

O modelo de contratação por catálogo de produtos e serviços acaba tornando mais objetivos os critérios para definição de quantitativos em relação ao hora-homem, ou ao posto de trabalho, além de tornar seu controle mais assertivo e transparente.

Participação de empresas reunidas em consórcios:

Para a presente licitação, não é prevista a permissão da participação de empresas reunidas em consórcio, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União:

"... o art. 33 da Lei 8.666/1993 deixa à discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio no torneio licitatório, devendo tal desígnio ser verificado caso a caso."

(Acórdão n. 280/2010 - TCU - Plenário)

A participação de consórcios em certames licitatórios vai ao encontro da finalidade da licitação que é a obtenção da melhor relação custo-benefício para atender à necessidade da Administração. Os consórcios, geralmente, constituem instrumentos de ampliação da competitividade, na medida em que possibilitam as empresas que os integram somar capacidades técnica, econômico-financeira e know-how para participar de procedimento licitatório em que, individualmente, não teriam condições.

Contudo, embora não prescindir de características de cunho intelectual e complexo, conforme já explanado, é pacífico que a prestação de serviços de comunicação é de pleno e amplo conhecimento das empresas do ramo, havendo numerosa gama de empresas que possuem capacidade de atendimento às necessidades de comunicação deste Ministério, com expertises compatíveis com a expectativa dos serviços a serem contratados. Sendo assim, a participação de consórcio, no presente caso, não garante a ampliação da disputa competitiva, mas ao contrário, pode cerceá-la, pois as empresas não poderiam participar simultaneamente de forma individual e consorciada e, portanto, não poderiam concorrer entre si.

Somado a isso, acrescenta-se o fato de que o consórcio entre diversas empresas pode prejudicar a estratégia de comunicação do Ministério, tendo em vista as possíveis divergências de posicionamento de cada uma na execução de um mesmo serviço.

Vigência contratual:

O contrato deverá ter duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no interesse da Administração e mediante acordo entre as partes, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei n. 8.666/1993, observado o limite de 60 meses.

Da justificativa acerca da natureza continuada do serviço e da duração inicial do contrato:

Examinando a legislação aplicável à matéria e considerando o artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/1993, observa-se que a Lei introduziu exceções à regra geral de duração dos contratos administrativos, contudo não conceituou o que seja serviço contínuo, deixando a tarefa à doutrina, à jurisprudência e à regulação infralegal da prática administrativa. Vale transcrever o referido inciso:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

A Corte de Contas assim se posicionou a respeito do assunto, no Acórdão n. 35/2000 - TCU - Plenário:

Em princípio, a duração dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 fica adstrita à vigência dos créditos orçamentários, ou seja, à anualidade, conforme o caput de seu art. 57. Contudo, a própria lei abre exceções. Entre elas, figura a prestação de serviços executados de forma contínua. Nesse caso, a duração está limitada a sessenta meses, devendo ser dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos à Administração.

Segundo Marçal Justen Filho (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos', Ed. Aide, 4ª Edição, págs. 362/364), os serviços contínuos estão enquadrados nos contratos de execução continuada os quais impõem à parte o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo.

Já Jessé Torres (in 'Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública', Ed. Renovar, 1994, págs. 349/351) se pronuncia sobre a matéria, afirmando que a prestação de serviços de execução contínua é aquela cuja falta paralisa ou retarda o serviço de sorte a comprometer a correspondente função estatal ou paraestatal. Acrescenta, ainda, que cabe à Administração, diante das circunstâncias de cada caso e do interesse do serviço, decidir pela prorrogação dos serviços contínuos por até 60 meses.

A Lei 8.666/1993, no entanto, não definiu ou especificou quais serviços podem ser considerados continuados. Sobre o assunto, a Instrução Normativa n. 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, em seu artigo 15, estabelece que serviços continuados *"são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional"*.

O Tribunal de Contas da União adota o entendimento de que a definição de um serviço como sendo, ou não, continuado depende das características específicas em cada caso concreto. No Acórdão n. 132/2008 - TCU - 2ª Câmara, o Ministro Relator Aroldo Cedraz assim se manifestou:

(...)

28. Sem pretender reabrir a discussão das conclusões obtidas naqueles casos concretos, chamo a atenção para o fato de que a natureza contínua de um serviço não pode ser definida de forma genérica. Deve-se, isso sim, atentar para as peculiaridades de cada situação examinada.

29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

30. Nesse sentido, pode-se entender, por exemplo, que o fornecimento de passagens aéreas é serviço contínuo para o TCU, já que sua suspensão acarretaria a interrupção das atividades de fiscalização ínsitas ao cumprimento da missão desta Corte.

31. Na mesma linha de raciocínio, pode-se também considerar que o mesmo serviço tem natureza contínua para uma instituição federal de ensino superior, já que as bancas de exame de teses de mestrado e de doutorado exigem a participação de professores de outras instituições e, assim, a impossibilidade de fornecimento de passagens aéreas poderia inviabilizar a própria pós-graduação a cargo daquelas entidades.

32. O mesmo não ocorreria, no entanto, com um órgão judicial cujos integrantes não tivessem necessidade de deslocar-se frequentemente por avião para oferecerem a prestação jurisdicional. Em tal situação, o serviço em foco não seria contínuo, já que não seria essencial à permanência da atividade finalística.

33. De igual modo, um serviço de vigilância permanente de instalações deve ser considerado contínuo, posto que sua cessação colocaria em risco a integridade daquele patrimônio.

34. Isso não ocorre, entretanto, com um serviço de vigilância contratado para um evento específico, de duração determinada, que, por seu caráter eventual, não pode ser considerado contínuo.

É dever da Administração a publicidade de seus atos, conforme art. 37, caput, da Constituição Federal. Desse dever decorre a obrigação de observância ao princípio da transparência. Seu cumprimento pode se dar por diversas formas, tais como canais diretos de comunicação, a exemplo do SIC - Serviço de Informação ao Cidadão, ou por veículos diversos que reproduzem e

repercutem à sociedade as informações e dados repassados pelos órgãos e entidades públicos. Os serviços de comunicação são imprescindíveis para o atendimento e prestação de informações à mídia e consequentemente à população, visando ao cumprimento da publicidade, transparência e *accountability* (prestação de contas) pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

A transparência pública tem um papel que vai além do combate à corrupção. Permite a contribuição tempestiva da sociedade no fornecimento de elementos que viabilizam a eficiência e efetividade do Estado, desenvolvendo uma cultura de gestão integrada e incentivando melhores políticas e programas de governo.

Em vista disso, a descontinuidade da prestação do serviço poderia comprometer a capacidade especializada de condução sistêmica da comunicação institucional. Como consequência, a capacidade de atuação da Assessoria de Comunicação do Ministério ficaria reduzida, possibilitando perdas com relação ao valor agregado das informações, à influência e interlocução do órgão com seu público de interesse e às respostas aos veículos noticiosos que difundem a visão do governo.

Dessa forma, entende-se que os serviços em tela possuem natureza continuada, uma vez que estão voltados para o funcionamento das rotinas de comunicação social, sendo necessários ao Ministério do Desenvolvimento Regional para o desempenho de suas atribuições, que, conforme já exposto, estão alinhados aos objetivos do órgão. Por esta razão, a interrupção desses serviços pode comprometer a continuidade e desempenho das atividades finalísticas do Ministério, em especial no que tange à prestação de informações à população. Assim, evitando o dispêndio de tempo e recurso humano empregado na instrução processual de nova contratação, quando do fim da vigência do contrato ora pretendido, resta configurada a necessidade de que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro, na forma do inciso II, do art. 57, da Lei n. 8.666/1993.

Cumpra ainda esclarecer que o fato de existir previsão de itens sob demanda e itens mensais não significa dizer que há serviços que não sejam contínuos. Tanto é verdade que mesmo no período em que o Órgão ficou sem contratação, sempre procurou manter serviços relacionados a comunicação digital, tais como conteúdo para ambientes sociais, relacionamento com influenciadores digitais, monitoramento de redes sociais, entre outros. Ainda, ressalta-se que é orientação do Governo Federal que seja priorizada a comunicação por meio das redes sociais, especialmente devido ao crescimento substancial do acesso à internet pela população. Por essa razão, o Ministério (desde o Ministério da Integração) vem se valendo da comunicação por meio digital, que, pela extrema necessidade da manutenção do serviço, se deu através de Termo de Execução Descentralizada, conforme detalhado nos Estudos Preliminares.

Crítérios e práticas de acessibilidade e sustentabilidade:

Os serviços deverão atender aos critérios para a promoção de acessibilidade previstos em normas vigentes.

Os critérios para a promoção de acessibilidade constam na Lei 10.098/2000, cujo cumprimento orienta-se pela Norma Técnica ABNT NBR nº 9050.

Os critérios para a promoção de acessibilidade, não excluem qualquer outra determinação legal acerca do tema, quer seja complementar, suplementar, superveniente ou qualquer outra que se aplique ao caso concreto.

Assim, deverá ser incluído no Projeto Básico e no Contrato, no campo de obrigações da Contratada: "observar, durante toda a execução do objeto deste contrato, as diretrizes estabelecidas para a promoção dos recursos de acessibilidade previstos na Lei nº 10.098/2000 e nas demais normas vigentes".

Ainda, quanto a acessibilidade, urge ressaltar que o portal do Ministério, migrado recentemente para o Gov.br, já possui implementados recursos de acessibilidade e configurações para diversos públicos. Dentre eles, destaca-se o VLibras, que é um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, que traduz conteúdos digitais para Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando computadores, celulares e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas. Todas as possibilidades de acessibilidades disponíveis no Gov.br estão listadas por meio do link: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-digital>.

Além disso, a equipe de planejamento ao observar os critérios listados no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de Junho de 2012, entendeu que os mesmos não são compatíveis com o julgamento das propostas do objeto a ser contratado, tendo em vista que, a priori, não se vislumbram impactos ambientais na execução dos serviços, além de que a preferência pela mão de obra local restringe a participação de empresas no certame. Ademais, durante a execução dos serviços, serão observados os critérios estabelecidos no Plano de Logística Sustentável do órgão, quando esse for expedido.

O(s) serviço(s) deverá(ão) respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos.

Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

A presente contratação deverá contemplar ainda conteúdo específico vinculado às práticas de sustentabilidade pelas agências de comunicação, no âmbito do Projeto Básico e do Contrato, este último na Cláusula Quinta - Obrigações da Contratada, nos termos do modelo de edital disponibilizado pela SECOM aos integrantes do SICOM, da seguinte forma: "adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e regulamentado pelo Decreto nº 7.746, de 2012".

Quanto aos critérios de Habilitação Técnica:

Em razão do atual modelo de edital da Secom, que prevê a contratação de serviços de comunicação digital, faz-se necessário analisar a capacidade técnica da empresa, por meio de sua capacidade produtiva no período contratual, no caso 12 meses. Por isso a equipe de planejamento incluiu como critério de habilitação que a empresa seja capaz de apresentar pelo menos metade dos serviços estimados no anexo I, do Apêndice I, do Projeto Básico. Isso para que seja possível aferir se a empresa concorrente já efetuou serviços compatíveis com o objeto da licitação, e ainda permitir o julgamento objetivo da licitação, com relação a habilitação. Além disso, a empresa precisa atestar que possui ao menos 3 anos de experiência no ramo da contratação, a fim de que seja verificada a solidez na prestação dos serviços.

Para tanto, a equipe de planejamento entende que as licitantes deverão apresentar declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) produtos e serviços compatíveis com o objeto desta concorrência.

Deverá ser incluída cláusula no edital do certame para constar que serão considerados serviços compatíveis com o objeto da concorrência a realização de pelo menos 50% das estimativas anuais previstas no Apêndice I do Projeto Básico (podendo cumular atestados para alcançar a exigência, desde que cada serviço, separadamente, seja realizado dentro dos mesmos 12 meses consecutivos, independentemente de ser um ano de exercício) nos seguintes serviços de maior relevância e no mínimo 3 anos de experiência:

- Criação de infográfico, ilustração, organograma e fluxograma – de qualquer complexidade, podendo cumular (30 criações)
- Vídeo depoimento (24 vídeos).
- Vídeo animação – de qualquer complexidade, podendo cumular (9 vídeos)
- Conteúdo para redes sociais (6 relatórios)
- Moderação em redes sociais (6 relatórios)
- Monitoramento Online – Análise de Jornais, Revistas, Blogs, Redes sociais e Portais de Notícias (6 relatórios)
- Elaboração de Planos de Comunicação (4 Planos)

Os serviços escolhidos pela equipe de planejamento são aqueles cujas características são de maior grau de importância técnica, e que de fato permitem avaliar se a empresa consegue entregar os serviços solicitados no contrato.

Além disso, a equipe de planejamento entendeu, ainda, relevante a comprovação de pelo menos 50% das estimativas dos serviços, para permitir uma maior participação de empresas concorrentes na licitação, vez que uma percentagem maior poderia eliminar empresas menores e uma percentagem menor não possibilitaria averiguar a capacidade de atendimento em termos quantitativos.

Cumpram-se ainda que a exigência de 3 anos de experiência no mercado é compatível com o entendimento do Tribunal de Contas da União e é compatível com o disposto no art. 30, II, da lei nº 8.666, conforme decidido no Acórdão nº 2.939/2010 - Plenário/TCU, verbis:

"7. Em segundo lugar, por se tratar de serviço de natureza contínua, que podem se estender por longo período, a exigência temporal de experiência mínima no mercado do objeto também é, em princípio, compatível com o dispositivo legal há pouco mencionado, já que o tempo de atuação é critério relevante para avaliar a solidez do futuro fornecedor e, com isso, assegurar boa execução do objeto.

8. Acrescente-se que, na situação em foco, o estipulado prazo de três anos de atuação no mercado, conforme reconheceu a Secex/3, é compatível, dada a natureza contínua dos serviços em questão, com o prazo máximo de 60 meses autorizado pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993."

Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Tendo por base a INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 4, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, o “Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas – TCU”, de 2012, concluiu que a **transferência de conhecimentos** diminuiu a dependência excessiva da contratante com relação à contratada, que estava passando a deter o conhecimento dos processos de trabalho e das tecnologias empregadas mais do que o próprio órgão, em alguns casos. Esse fato poderia ocasionar a perda do controle da Administração sobre os sistemas institucionais, incluindo a perda da capacidade de decisão sobre essas soluções, criando-se dependência em relação à contratada. O guia também aponta que essa transferência deve ocorrer ao longo do contrato e não somente no seu final:

4 - Forma de transferência de conhecimentos: Deve ser explicitado como os conhecimentos relativos à contratação serão transferidos ao órgão, de modo que este não fique excessivamente dependente da contratada. Por exemplo, a transferência de conhecimentos pode incluir reuniões mensais entre as partes ou em momentos específicos, como ao final de cada fase do contrato e no término da implantação da solução, bem como oficinas e treinamentos. Essa transferência deve ocorrer ao longo do contrato, e não somente no seu final. Trata-se de uma forma de geração de valor para o órgão, além do valor decorrente da contratação em si.

(...)

Riscos identificados

(...)

3) Dependência excessiva com relação à contratada, que passa a deter o conhecimento dos processos de trabalho e das tecnologias empregadas mais do que o próprio órgão.

Esse fato pode ocasionar a perda do controle da Administração sobre os sistemas institucionais, incluindo a perda da capacidade de decidir sobre essas soluções, criando-se dependência em relação à contratada para proceder a alterações e manutenção dos aplicativos.

3.1) Sugestões de controles internos:

(1) a equipe de planejamento da contratação deve elaborar os procedimentos relativos à transferência de conhecimentos, como reuniões mensais, oficinas e treinamentos, bem como os produtos esperados desses procedimentos (e.g. atas das reuniões realizadas entre o órgão e a contratada, a serem incluídas nos autos do processo de fiscalização), e incluí-los no modelo de execução do objeto.

A transferência de conhecimentos para serviços de tecnologia foi novamente tratada na INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 4, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, que revogou a IN anterior que tratava sobre esse mesmo assunto. Ficou definido que as atividades de transição contratual e de encerramento do contrato deveriam observar a entrega de versões finais dos produtos e da documentação e a **transferência final de conhecimentos** sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação:

Da transição e do encerramento contratual

Art. 35. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar:

I - a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;

II - a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;

III - a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação;

IV - a devolução de recursos;

V - a revogação de perfis de acesso;

VI - a eliminação de caixas postais; e

VII - outras que se apliquem.

Essa interpretação foi ampliada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 5, DE 25 DE MAIO DE 2017 DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, e passou a abranger também a contratação de serviços de natureza intelectual. Conforme alínea "e", item 2.5, do Anexo V da IN, ficou instituído que, por ocasião do encerramento do contrato, os fiscais deverão promover as atividades de transição contratual observando, no que couber, a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção do serviço. Na contratação de serviços de natureza intelectual, deverá ser estabelecida como obrigação da contratada realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, para garantir que haja a adequação dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do serviço por parte da Administração.

Portanto, entende-se que a transferência de conhecimentos deve estar prevista na contratação pretendida, por se tratar de prestação de serviço de natureza intelectual, executada por meio de produtos que vão gerar um grande volume de imagens, texto e material audiovisual, bem como procedimentos para monitoramento de redes sociais, entre outros. Trata-se de uma forma de geração de valor para o órgão, além do valor decorrente da contratação em si. A transferência deve se dar ao longo do contrato, e não somente no encerramento.

Tomando por base os normativos acima mencionados, a equipe de planejamento da contratação elaborou os procedimentos relativos à transferência de conhecimentos, que devem ser observados durante e ao final da contratação:

A transferência de conhecimentos deve ser realizada em reuniões mensais entre as partes, bem como em oficinas e treinamentos que se verifiquem necessários durante a execução do contrato. Nesses momentos a contratada deve passar para a equipe técnica residente da Ascom os procedimentos e técnicas que estão sendo realizados para execução dos produtos.

Além das reuniões mensais, a transferência de conhecimentos deve ocorrer também em alguns momentos específicos do contrato, a saber, no início da prestação do serviço, na ocasião da implantação de novas soluções e tecnologias, e ao final do contrato.

Em todos momentos a contratada deve realizar a manutenção de acervo em meio virtual e/ou físico, com acesso irrestrito para a contratante, composto pelo material produzido durante a execução do contrato, inclusive material fotográfico e audiovisual, projetos gráficos, infográficos, ilustrações, textos e demais produtos. Ao fim do contrato a totalidade desse material deve ser disponibilizada em definitivo para a contratante.

Soluções de mercado:

No mercado há diversas empresas que prestam serviços correlatos aos pretendidos no presente Estudo. Vejamos apenas algumas delas:

EMPRESAS
APPROACH COMUNICAÇÃO INTEGRADA LT D A
FSB COMUNICAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO LTDA.
AGÊNCIA 1 COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA
BR MAIS COMUNICAÇÃO LTDA.
PARTNERSNET COMUNICAÇÃO EMPRESARIA LTDA.
INFORME COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/S LTDA.
CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA
IN PRESS ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA

MÁQUINA DA NOTÍCIA COMUNICAÇÃO LTDA
ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA EIRELI
ARTE & DESIGN COMUNICAÇÃO VIRTUAL LTDA
ESPLANADA SERVIÇOS DE INTERNET LTDA
REPUTALE COMUNICAÇÃO LTDA
MONUMENTA COMUNICAÇÃO E ESTRATÉGIAS SOCIAIS
TALK COMUNICAÇÃO INTERATIVA LTDA
DIGITAL CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA

Por sua própria natureza dinâmica e inovadora, que precisa acompanhar as novas tecnologias e tendências, a lista de serviços /produtos de comunicação digital não se exaure, abrangendo atividades como criação de identidade visual, curadoria de assuntos a serem tratados, planejamento de conteúdo, gerenciamento de conteúdo, diagnóstico de estrutura tecnológica, monitoramento de redes, análise de performance, produção de conteúdos em textos, áudios e imagens estáticas e dinâmicas, entre muitas outras.

A estimativa de preços está detalhada no tópico ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

9. Levantamento de Mercado

Atualmente a força de trabalho da Ascom conta com apenas 10 servidores (3 técnicos de comunicação e 7 comissionados), o que demonstra a defasagem e necessidade de reforço para desenvolver atividades que auxiliam a equipe a desenvolver os serviços de comunicação e cumprir com a missão de comunicar com eficiência e transparência para a sociedade, beneficiários, gestores municipais, estaduais, federais formadores de opinião e imprensa, as ações, programas e serviços e atender a nova configuração dada à Pasta.

Em um olhar superficial, há quem acredite que essa força de trabalho é suficiente para que a Ascom execute sua missão institucional. No entanto, importante frisar que a maioria do pessoal não tem formação em comunicação ou jornalismo, e exercem funções relacionadas a área administrativa do setor, que também tem altíssima demanda e é de extrema relevância para o bom funcionamento da Assessoria. Se tratam de funções relacionadas à gestão de pessoal, gestão contratual, fiscalizatória, e relacionadas a publicidade e comunicação interna.

Ademais, ao analisar a quantidade de secretarias e políticas públicas do Órgão, e quantidade de entregas que o Ministério do Desenvolvimento Regional realiza percebe-se que o quadro é insuficiente, e ainda seria se toda a equipe da Ascom fosse da área comunicacional.

Importante salientar que atualmente o MDR possui investimentos de R\$139.875.913.913,68 (cento e trinta e nove bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, novecentos e treze mil, novecentos e treze reais e sessenta e oito centavos), bem como capilaridade em todo território nacional, atendendo quase todos os municípios do país, aproximadamente 5.000 municípios, conforme se vê no Paineis MDR - Carteira de Investimentos (http://paineis.mdr.gov.br/painel_carteira_investimento.html acessado em 05/06/2020). São cerca de 22 mil contratos em andamento, que gerarão entregas e deverão ser noticiadas à população. Dentre elas podemos citar urbanizações de comunidades, ampliação de sistemas de esgotamento sanitário, manejos de águas pluviais, drenagens urbanas, construções e ampliações de barragens, planos de desenvolvimento de mobilidade urbana, pavimentações, ações de infraestrutura urbana, ampliação e restauração de rodovias, aquisições de maquinário agrícola, calçamentos, canalização de córregos, construções de pontes, praças, feiras, centros de eventos e áreas de lazer, entre outros.

Além disso, o Ministério ainda é responsável pelo Programa Minha Casa Minha Vida, obras por execução direta, planos de trabalho da Defesa Civil e termos de execução descentralizada, cujos investimentos não estão somados no valor retro mencionado, mas atingem todos os estados do país.

Portanto, resta claro que é dever da Ascom cumprir com as suas estratégias comunicacionais e, especialmente, contribuir para a promoção das políticas públicas. As políticas, as ações e os programas executados pelo Ministério são de interesse público e necessitam de suporte técnico eficiente para garantir a eficaz transmissão das informações definidas pela Ascom, bem como garantir o cumprimento dos princípios previstos no art. 37 da Constituição da República, dentre eles a publicidade.

Levantamento de mercado:

Diante da situação acima narrada, a equipe de planejamento buscou encontrar soluções para suprir as necessidades da Ascom.

Por meio da Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão - MPDG, atual Ministério da Economia - ME, resta estabelecido que a Administração Pública deve sempre contratar serviços no lugar de mão-de-obra. Vejamos o que diz o art. 3º:

Art. 3º O objeto da licitação será definido como prestação de serviços, sendo vedada a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra.

Partindo desta disposição, a equipe de planejamento passou a tratar como descartada a hipótese de contratação nos modelos de postos de trabalho e hora-homem. Além disso, procurou identificar quais os tipos de serviços na área de comunicação seriam essenciais ao cumprimento de suas funções. Com a finalidade de implementar as atividades previstas no planejamento estratégico, a Assessoria de Comunicação Social necessita contar com conjunto ampliado de produtos e serviços de comunicação digital. Tais ferramentas deverão habilitar a Ascom a cumprir com as suas estratégias comunicacionais e, especialmente, contribuir para a promoção das políticas sociais.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - Secom/PR, conceituou comunicação digital na Instrução Normativa nº 01/2017, art. 4º, inciso VI, da seguinte forma:

VI. Comunicação Digital: ação de comunicação que consiste na convergência de conteúdos, mídias, tecnologias, dispositivos e canais digitais para interação, acesso e troca de informações. Oferece recursos e abordagens complementares às demais ferramentas, bem como potencial para expansão dos efeitos das mensagens e das ações de comunicação desenvolvidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Por meio de levantamentos de contratações realizadas em outros órgãos da administração pública federal foram encontrados 2 tipos de contratos: os firmados junto a Empresa Brasileira de Comunicação - EBC, e os firmados junto a empresas prestadoras de serviços de comunicação corporativa.

Da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC:

Durante a confecção dos presentes estudos técnicos preliminares constatou-se a necessidade de contratação de serviços que abrangessem os seguintes aspectos: design, apresentação, planejamento estratégico, planejamento tático, métricas e avaliações, publicação de conteúdo, peças digitais, tecnologia, vídeo, redes sociais, atendimento de demandas e elaboração de planos de comunicação. Nesse contexto, foi averiguado que não há confluência entre tais serviços com os ofertados pela EBC. Como se verifica em comparativo feito no processo 59110.000002/2019-12, documento 1565674, a carteira de produtos ofertados pela Empresa Brasil de Comunicação oferece soluções mais pontuais, configurando expressivas divergências qualitativas.

Nota-se que a EBC oferta apenas produtos relacionados a monitoramento de notícias e produção de conteúdos, o que não atende completamente às necessidades do órgão. Até mesmo o item denominado "*Outros serviços de comunicação e conexos*" limita-se a apenas três produtos - cópia de áudio e vídeo, transcrição e tradução de texto (Inglês/Espanhol), que, assim como outros, não foram previamente identificados como necessários no formato proposto a esta área de comunicação no contexto atual.

Quanto aos itens ofertados pela EBC que são similares aos inicialmente solicitados, ressalta-se, ainda, que não guardam equivalência em sua forma de entrega.

Além do mais, ao observar o histórico do extinto Ministério da Integração Nacional até o atual Ministério do Desenvolvimento Regional, observa-se que nos últimos anos as Pastas não prescindiram do produto "Atendimento de demandas da contratante", **não ofertado pela EBC**, pois a Ascom possui em seu quadro um reduzido número de servidores jornalistas (atualmente apenas o Chefe da Assessoria), capacitados ao atendimento da volumosa demanda da mídia em geral e dos demandantes internos. Percebe-se que, especialmente em momentos de crise, o órgão carece de maior celeridade para o atendimento a algumas demandas.

Há apenas alguns serviços digitais, entre os ofertados pela EBC, que se assemelham aos serviços previstos no catálogo do Projeto Básico ora formulado, sem, contudo, se igualarem em termos qualitativos e em termos de resultados esperados (forma de entrega). Todavia, o catálogo oferecido pela EBC não contempla todos os serviços necessários ao Órgão, e parcelar o objeto desejado em duas ou mais contratações não é uma opção favorável ao MDR, conforme discorrido no item JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO destes Estudos Técnicos.

Atualmente esta Ascom tem o serviço monitoramento, semelhante em alguns aspectos ao serviço de clipping, contratado com a EBC. Porém, o referido contrato apresenta problema na captação de assuntos de interesse do Ministério e menções aos termos elencados como prioritários ao monitoramento, o que tem feito a experiência não ser adequada às necessidades da Pasta.

Portanto, diante de todo o exposto, a Ascom não possui elementos para atestar a conveniência e a oportunidade da contratação da carteira de produtos ofertada pela Empresa Brasil de Comunicação, bem como a viabilidade econômica da mesma. Ressalta-se que o não atendimento às demandas da área de comunicação, devido à oferta limitada de produtos, pode causar maior prejuízo à solução integral esperada e, conseqüentemente, à relação custo/benefício (vantajosidade), que é finalidade da licitação.

Das empresas prestadoras de serviços de comunicação digital

Para a contratação de empresas de comunicação digital, a Secom vem disponibilizando modelos de editais, com diversos serviços, que devem ser modulados com base nas necessidades do órgão e nas dinâmicas a serem estabelecidas com a contratada no decorrer da execução contratual.

Listamos abaixo alguns dos editais lançados nos últimos anos pela Administração Pública, nos quais há previsão de execução de serviços de comunicação de forma integrada:

Órgão /Entidade	Identificação	Objeto
Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal	Concorrência n. 02/2019	Contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação digital para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, referentes à: a) prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação digital, no âmbito do contrato; b) criação, execução técnica e distribuição de ações e/ou peças de comunicação digital; e c) criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação digital, destinadas a expandir os efeitos de mensagens e conteúdos do Governo do Distrito Federal, suas secretarias e administrações regionais, em seus canais proprietários e em outros ambientes, plataformas ou ferramentas digitais, em consonância com novas tecnologias.
Subsecretaria de Comunicação da Casa Civil do Estado de São Paulo	Concorrência n. 01/2017	O objeto da presente concorrência é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de planejamento, desenvolvimento e execução de soluções de comunicação digital, conforme as especificações constantes dos Anexos I a V deste Edital, obedecidas as diretrizes da Subsecretaria de Comunicação da Casa Civil
Agência Nacional de Águas - ANA	Concorrência n. 04/2015	Contratação de empresa prestadora de Serviço de Planejamento, Produção e Execução de Soluções de Comunicação Digital, consoante especificações deste Edital e seus Anexos

A contratação de empresas prestadoras de serviços de comunicação digital é a melhor solução na atualidade. Para alcançar os melhores resultados, o processo de comunicação não deve se dar por iniciativas isoladas, mas sim por medidas integradas, de acordo com uma estratégia de comunicação que tire proveito das melhores técnicas, canais, linguagens, mídias, frequência de divulgação, e formato de conteúdos. É imprescindível que o processo de contratação reconheça que a qualificação técnica é fator preponderante para o atingimento dos objetivos estratégicos do órgão, especialmente na área de comunicação.

Além disso, a contratação de uma empresa tecnicamente especializada permitirá que os serviços sejam entregues com uma estratégia comunicacional completa e integrada, atingindo todos os públicos-alvos pelos meios de comunicação acessíveis a cada um deles, de forma eficiente.

Modalidade e tipo de licitação:

A Lei nº 10.520/2001, determina que:

Art. 1º Para aquisição de bens e **serviços comuns**, poderá ser adotada a licitação na **modalidade de pregão**, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e **serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.** (grifos nossos)

É notório o entendimento pelos Órgãos de Controle, e por isso recomendam, que as contratações públicas que dependam de licitação sejam, sempre que possível, realizadas por meio da modalidade pregão, prezando sempre pelo menor preço.

Ocorre, que nem sempre o serviço a ser contratado pode ser medido com base exclusivamente no preço. Não à toa, a legislação prevê a aplicação do princípio da vantagem para a Administração Pública, que deve revelar a proposta mais vantajosa e mais benéfica, inclusive quando se tratar da qualidade dos serviços prestados. Assim, proposta mais vantajosa não pode ser entendida apenas como a necessariamente menos onerosa. Além da onerosidade, a qualidade tem suma importância na apreciação das propostas.

Por tais razões, a Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República – Secom/PR – orienta, por meio de seus modelos que a contratação de empresas de comunicação digital se dê por meio de licitação na modalidade concorrência, tipo melhor técnica ou técnica e preço, por se tratarem de serviços de natureza predominantemente intelectual.

Acerca da comunicação digital o TCU já entendeu que devem ser contratados por meio da modalidade concorrência. No Acórdão nº 6227/2016, que analisou a representação da empresa L2W3 Digital Eireli face a concorrência para contratação de serviços de comunicação digital da Agência Nacional de Águas – ANA, restou decidido que:

“45 [...] verifica-se que os serviços de comunicação digital se assemelham em diversos pontos com os serviços de publicidade, notadamente quanto à existência, nas duas modalidades, de planejamento, criação e confecção de material, bem como da escolha do veículo para divulgação da mensagem.

*46. O que difere as duas formas de comunicação é, essencialmente, o canal de divulgação a ser utilizado. Enquanto as ações publicitárias se valem dos veículos de comunicação de massa, como rádio, televisão, jornais e revistas; a comunicação digital transmite sua mensagem por meio dos canais disponibilizados pela **internet**, especialmente os sítios e as redes sociais.*

73. Conforme mencionado pela Secom, os serviços de comunicação digital englobam atividades predominantemente intelectuais, exigindo-se da futura contratada, diante da demanda da contratante, realizar adequadamente o planejamento das ações de comunicação, a criação e a execução das peças a serem utilizadas, com variabilidade incalculável, bem como a escolha dos canais adequados para a veiculação da mensagem.

*74. Destarte, diante da predominância de atividade intelectual e criativa no objeto da contratação e, especialmente, tendo em vista a dificuldade de serem objetivamente estabelecidos, no edital, padrões de desempenho e qualidade, **conclui-se que a utilização da modalidade licitatória concorrência, tipo melhor técnica, se mostra adequada para o objeto em análise.** (grifos nossos)*

Destaca-se, contudo, que tal conceito apenas se aplica por tratar-se de uma solução que compreende a formatação de uma uniformidade de estratégias para que o órgão possa atuar de forma integrada na comunicação com seus públicos. Sobre o tema, a Secom se manifestou na Nota Técnica nº 52/2017/DENOR/SGC/SECOM/SG-PR, que tratou especificamente de contratações de comunicação digital:

35. Dessa forma, buscou-se um meio de conciliar ambos os anseios: da imprevisibilidade pela necessidade do serviço de comunicação digital para a Administração, de um lado e, de outro, as recomendações do TCU e do Ministério do Planejamento, no sentido de planejar e utilizar outras unidades de medida.

36. Entende-se, assim, que, tendo em vista que o objeto dispõe da contratação de serviços de comunicação digital e não da contratação isolada de itens específicos do catálogo de produtos e serviços do edital, os quais, necessariamente, resultariam em prejuízo à eficiência e à qualidade dos serviços, que necessitam não apenas da

qualidade técnica em sua execução, mas também da formatação de uma uniformidade de estratégias para que o órgão possa atuar de forma integrada na comunicação com seus públicos.

37. Assim, considerando que a Secretaria Especial de Comunicação Social entende que o serviço de comunicação digital como um serviço predominantemente intelectual, deve-se ressaltar que, para esse tipo de serviço, leva-se em conta que a proposta mais vantajosa pretendida pela Administração considera a relação custo x benefício, ou seja, não é aquela necessariamente menos onerosa, já que, além do custo, a qualificação técnica da contratada tem suma importância na apreciação e julgamento das propostas.

Além disso, vive-se a era da colaboração e da participação social, em que tão importante quanto entregar conteúdos ou serviços ao cidadão, a exploração desses processos de co-criação junto ao público-alvo estabelece uma efetiva relação entre governo e sociedade.

Importante frisar que a quantidade de pessoas acessando a internet cresceu de maneira substancial, como aponta pesquisa "TIC Domicílios 2019", mais importante levantamento sobre acesso a tecnologias da informação e comunicação, realizada pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (Cetic.br), vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, disponível em <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa> (acessado em 26/06/2020). A referida pesquisa aponta que "Três em cada quatro brasileiros acessam a internet, o que equivale a 134 milhões de pessoas".

Para isso, estar presente e acompanhar os assuntos das redes sociais passou a ser vital para perceber os interesses dos cidadãos e levar a eles um conjunto de serviços que os auxiliem em seu pleno exercício da cidadania. Assim, é preciso adotar iniciativas que levem as informações até eles, criando um mecanismo de entrega de conteúdo qualificado por meio de plataformas como Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, Wikipedia, entre outras.

Junto à atuação em redes sociais se faz necessária a correta mensuração das atividades nesses ambientes. O esforço aplicado na definição de métricas de sucesso (indicadores de desempenho) atrelado aos objetivos estratégicos de cada negócio é o maior valor que as empresas vêm buscando rumo a uma atuação mais estratégica, mensurável e que traduza melhor o retorno sobre o investimento e o engajamento nesse ambiente.

No entanto, para que o meio seja utilizado de maneira eficiente na comunicação, é necessário criar estratégias inovadoras e consistentes, a partir de demandas dos diversos públicos, e mantê-los atualizados com relação a conteúdo e forma.

Há ainda os serviços como a criação de projetos gráficos e editoriais, peças digitais e produção de vídeos, que possuem aspectos artísticos/criativos de grande relevância. Outrossim, serviços de produção de conteúdos para redes sociais, e elaboração de planos de comunicação exigem do seu prestador muito mais que apenas conhecimento, mas também inteligência, talento e experiência.

Na avaliação da empresa por meio da técnica, o MDR poderá avaliar as estratégias adotadas por cada licitante, ao ponto de verificar qual melhor atenderá o Ministério.

Cabe citar que o trabalho com públicos tão diversos requer o desenvolvimento de estratégias comunicacionais específicas e torna-se imprescindível a definição de planejamentos e estudos sobre a adequação das iniciativas de forma a estabelecer os conteúdos e plataformas mais apropriados.

Não há formulas, modelos ou padrões que atendem todas as necessidades do processo de comunicação. A criatividade é fator preponderante para a formulação de soluções de comunicação. É claro que um vídeo informativo segue regras básicas e alguns padrões, mas é inegável que o melhor ou pior resultado de comunicação depende também do fator humano, de um aspecto de qualidade perceptível para quem vê, mas de difícil quantificação ou avaliação objetiva. Selecionar uma estratégia de comunicação integrada como se seleciona uma caneta não é a maneira mais adequada, vantajosa ou econômica para a administração pública. Uma caneta de baixa qualidade, que não escreva adequadamente, pode ser substituída sem graves danos ao órgão que a obteve. Uma crise gerada por uma informação divulgada de maneira equivocada, imprecisa ou mesmo com a linguagem inadequada ao público, pode causar um dano irreversível a imagem do Órgão, perdas econômicas e ao erário.

É impossível antecipar as soluções que serão necessárias ao atendimento de cada demanda. Ainda que nesse momento se consiga prever os serviços essenciais, não é possível determinar qual a melhor solução ou metodologia a ser adotada em cada atendimento ou apresentação da informação para a sociedade.

Aliás, não existem roteiros preestabelecidos para cada serviço solicitado, nem mesmo padrões que se repitam. Para cada demanda a empresa contratada precisará avaliar, já com um olhar preventivo de crises, se a informação repassada poderá atingir de alguma forma o Órgão.

Importante frisar que quando se trata de comunicação, as informações transmitidas, principalmente aos usuários e aos beneficiários das políticas públicas, são expostas da "vitrine" e qualquer informação repassada errada ou em tempo inoportuno, possivelmente, desencadeará crises que, se não tratadas com o devido cuidado, poderão ser irreversíveis. Daí a necessidade da

avaliação da técnica no processo licitatório, pois cada empresa pode apresentar técnicas de solubilidade diferenciadas, sendo algumas melhores que outras, principalmente no que concerne a função ministerial.

Quando se pensa na contratação de empresas de comunicação digital o que se procura é o conjunto de soluções. A elaboração de um vídeo pode até ser considerada um serviço comum se analisada individualmente, mas um vídeo que repasse a visão estratégica do Órgão, divulgados nas redes sociais, ou no portal, ou ainda divulgado a influenciadores digitais e a sociedade no momento certo pode prevenir uma crise governamental. O vídeo não pode ser avaliado isoladamente. Seu melhor ou pior resultado de comunicação depende da maneira como será divulgado, a frequência, o veículo ou mídias escolhidos. Mais do que avaliar um vídeo objetivamente pelos seus aspectos técnicos, o processo de licitação para soluções de comunicação precisa avaliar como ele se coloca no corpo de uma estratégia integrada.

Observa-se que a esse conjunto de soluções, que será pensado caso a caso, é que se aplica a predominância intelectual dos serviços. Não basta contratar serviços separadamente, pois a contratação não atingirá o resultado esperado. É a integralidade das soluções que se almeja nesse tipo de contratação, razão pela qual o seu parcelamento também não será viável, como veremos mais a frente.

O TCU também já apontou a necessidade da comprovação da predominância do serviço intelectual ou a necessidade da arte ou racionalidade humana, por meio do *Acórdão 767/2010, Plenário, rel. Min. José Jorge*.

Ora, o serviço de comunicação depende de planejamento, de articulação, e não pode ser realizado de maneira mecânica, ou seguindo protocolos. Diversas variáveis podem prejudicar a comunicação, e daí advém a racionalidade humana, que lidará diferentemente em cada situação, ensejando as mais diversas soluções.

O parágrafo 3º do art. 46, da Lei 8.666/1993, diz que:

§ 3º Excepcionalmente, os tipos de licitação previstos neste artigo poderão ser adotados, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora constante do ato convocatório, para fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

Veja, a própria legislação admite a escolha dos tipos de licitação baseando-se em objetos com soluções alternativas e com repercussões significativas sobre a sua qualidade. Existem diversas formas de se executar o objeto licitado, portanto, necessária a avaliação da técnica de cada empresa concorrente. Não se vislumbra a devida análise técnica em uma licitação realizada na modalidade Pregão, na forma eletrônica, quando após a fase de lances já se tem conhecimento das licitantes envolvidas, **não havendo como analisar de forma impessoal uma solução estratégica fornecida**, baseada em um *briefing*.

Após as pesquisas, análises e estudos realizados e apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, pela Equipe de Planejamento, e tendo em vista a recomendação da Secom de que cabe à área demandante a opção pelo tipo de licitação, bem como a sua justificativa, passamos ao estudo do melhor tipo de licitação: se “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

Os princípios da eficiência e economicidade, previstos constitucionalmente, e ainda a vantajosidade da contratação, nortearam a pesquisa da Equipe de Planejamento. Por isso, a necessidade de compreender bem a diferença entre os tipos de licitação melhor técnica e técnica e preço.

Verificou-se que a diferença básica entre os tipos concentra-se na fase da negociação de preços. Apesar de ambos buscarem o menor preço, no tipo melhor técnica, após a classificação das empresas pela técnica apresentada no certame, a Comissão Licitatória convoca as empresas para que digam se aceitam exercer o menor preço ofertado no processo pelas empresas classificadas. Já no tipo Técnica e Preço é feita uma ponderação entre a nota e o preço apresentado pelas empresas (na proporção 70% nota /30% preço, por exemplo, a depender da justificativa do órgão).

Primando pela economicidade e vantajosidade para o Órgão, **essa equipe de planejamento entende que o tipo técnica e preço é a melhor escolha para o MDR**. Isso porque apesar da avaliação da técnica apresentada por cada empresa ser essencial para a contratação, o preço tem papel fundamental na escolha.

É certo que se busca vantajosidade, e ela só será efetivamente existente se o preço contratado não apresentar excessos ou carestias. A ideia de se ponderar o preço mediante uma técnica apurada alia dois importantes conceitos que formarão a vantajosidade da contratação. Não basta ter uma empresa que apresente a técnica apropriada para o Órgão, os serviços precisam ser precificados com a realidade do mercado e também possuir um bom desconto para que o contrato seja economicamente viável e razoável.

Apesar da contratação partir de um valor determinado pela própria Administração Pública, encontrado após o que entende-se ser uma boa pesquisa de mercado, tomando-se os valores por média ou mediana, caberá a cada licitante a oportunidade de diminuir ainda mais o valor contratual por meio de desconto.

No caso em tela, a **ponderação que melhor atenderá o MDR é a de 60% para o peso da técnica e 40% para o peso do preço.**

Isso porque a técnica ainda tem maior relevância para o órgão, que deseja contratar uma boa empresa, com uma técnica adequada acima de qualquer situação. Porém o preço, apesar de não chegar ao mesmo grau de importância, será bastante relevante na escolha da contratada.

Não busca-se privilégio excessivo da técnica em detrimento do preço, nem mesmo o cerceamento da competitividade das empresas, mas sim pertinência com os requisitos técnicos indispensáveis à boa execução dos serviços.

Por isso, esta Equipe de Planejamento entende ser proporcional às necessidades da Pasta que a técnica seja avaliada com peso superior ao peso do preço.

Para o Ministério do Desenvolvimento Regional é imprescindível que a contratação seja efetivada e que haja êxito na execução contratual. Há anos a Assessoria de Comunicação busca contratar os serviços de comunicação, como relatado no item ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR desse Estudo Técnico Preliminar, o que não vem sendo traduzido em economia de gestão. Seria grande o prejuízo para o Órgão levar anos para contratar uma empresa que em pouco tempo de execução não conseguisse realizar os serviços contratados.

Diante do exposto, nota-se que a necessidade do Ministério do Desenvolvimento Regional, em vista do volume e complexidade de suas ações, em especial no que se refere à atuação em situações de crise, demanda intelecto, conhecimento estratégico e agilidade para a execução dos serviços de comunicação. Menciona-se, a título de exemplo, o cenário em que este órgão compõe o Conselho Ministerial de Supervisão e Respostas a Desastre e do Comitê de Gestão e Avaliação de Respostas a Desastre, instituídos pelo Decreto n. 9.691/2019, em decorrência da ruptura da barragem do Córrego Feijão, em Brumadinho-MG, e de suas repercussões na Bacia do Rio Paraopeba, onde se ressaltou a necessidade de garantir a execução dos serviços de comunicação por meio de uma equipe capacitada para disseminação de informação de forma ágil, técnica e inteligível com a imprensa, visando dar publicidade aos atos praticados por este Ministério.

Portanto, com fundamento no entendimento do TCU e conforme análise da situação prática atinente a esta Pasta, constante no item DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE destes estudos, verifica-se que a licitação em tela demanda contratação de serviços /produtos acessórios, instrumentais e auxiliares, que possuem características de natureza intelectual, em face de suas diversas variações técnicas, as quais são dependentes diretamente da situação (problema enfrentado) no momento, do público alvo da mensagem, do local da emissão, da finalidade da informação a ser divulgada e da qualidade da mensagem, entre outros aspectos, não se confundindo com atividades relacionadas a tomadas de decisão ou posicionamento institucional do órgão.

10. Descrição da solução como um todo

A licitação tem por objetivo a contratação de produtos/serviços de comunicação, que prevê, dentre outros aspectos, o planejamento, o treinamento de porta-vozes, a criação, a execução, a implementação e o desenvolvimento de soluções de comunicação, bem como o relacionamento com a imprensa.

JUSTIFICATIVA QUANTO A DIFERENÇA ENTRE OS SERVIÇOS CONTRATADOS E OS CARGOS EM COMISSÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E O TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

A ASCOM, além de planejar, coordenar e executar a política de comunicação social da Pasta, tem como atribuições levar a seus dirigentes todos os assuntos de interesse do Ministério veiculados nos meios de comunicação, atender às solicitações de informação da imprensa e responder questionamentos relativos às ações do MDR, produzir conteúdo para divulgação dessas ações tanto para a imprensa quanto para os públicos que, de alguma forma, atuam junto ao Ministério, construindo um ambiente de permanente transparência e articulação entre a instituição e a sociedade. Para isso, a Assessoria necessita dispor da contratação de empresa para prestar serviços técnicos de forma a auxiliar às importantes funções da Assessoria de Comunicação.

No caso dos serviços de comunicação digital informa-se que eles diferem das competências dos cargos de Chefia da Assessoria de Comunicação Social, Assessor Técnico, Assistente e Assistente Técnico, previstos na estrutura de cargos do MDR, por meio do Decreto nº 10.290/2020. Isso porque os serviços contratados apenas complementam, de forma auxiliar, as competências dos cargos previstos no referido decreto.

Além do seu papel de gestor público e de suas atividades administrativas, a função do servidor público atuante na área de comunicação é dar suporte às autoridades em suas necessidades específicas de comunicação e representação social.

Além disso, a proposta de contratação dos serviços de comunicação digital não infringe o Decreto nº 9.507/2018, pois os referidos serviços não envolvem tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle, o que será feito pela Assessoria de Comunicação do MDR, conforme ETP, item 6 - Descrição da Necessidade aborda em seu último parágrafo. Além disso, não coloca em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; não é inerente às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade; e, por fim, compreendem somente os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios do órgão ou entidade contratante. Como o Estudo Técnico Preliminar já esclarece:

Portanto, com fundamento no entendimento do TCU e conforme análise da situação prática atinente a esta Pasta, constante no item DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE destes estudos, verifica-se que a licitação em tela demanda contratação de serviços /produtos acessórios, instrumentais e auxiliares, que possuem características de natureza intelectual, em face de suas diversas variações técnicas, as quais são dependentes diretamente da situação (problema enfrentado) no momento, do público alvo da mensagem, do local da emissão, da finalidade da informação a ser divulgada e da qualidade da mensagem, entre outros aspectos, não se confundindo com atividades relacionadas a tomadas de decisão ou posicionamento institucional do órgão. (grifo nosso)

Portanto, resta evidente que os serviços contratados, no máximo, complementam as atividades do Técnico em Comunicação Social, já que a IN 05/2017, em seu art. 9º, IV, veda a contratação de atividades que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, assim definidas no seu plano de cargos e salários.

Apesar de atualmente não haver nenhum técnico de comunicação social da área de imprensa lotado na Ascom, a referida contratação não impedirá a lotação de servidores da área, caso haja concurso, ou algum servidor da área venha a ser cedido ou requisitado.

Seguem os itens que irão compor o objeto:

Adaptação ou Replicação de Tela

Descritivo: Execução das seguintes atividades para internet ou intranet:

- a) Desenvolvimento de leiautes com as devidas alterações (as telas a serem trabalhadas são: inicial e internas – até segundo nível, conforme definição em concordância com o direcionamento estratégico previamente aprovado);
- b) Estudo de adequação de cores;
- c) Estudo de adequação de estilo da fonte, tamanho e cores, se necessário;

Exemplo de níveis de tela:

Nível: Tela inicial

Nível: Tela Inicial -> Serviços online

Nível: Tela Inicial -> Atendimento -> Ouvidoria

Entregas: Arquivo de imagem digital final e abertos contemplando as telas internas até 2º nível.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Aderência à identidade visual do Ministério do Desenvolvimento Regional e suas temáticas.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Especificidades das telas.
- Prazo de entrega.

Complexidade:

--	--

Baixa	Tela secundária com elementos estáticos, sem inclusão de dados, apresentação de formulários ou elementos visuais de interação. Prazo de entrega: Até 1 dia útil.
Média	Tela secundária com elementos de inclusão de dados, apresentação de formulários ou elementos visuais de interação. Prazo de entrega: Até 2 dias.
Alta	Telas principais (páginas iniciais ou de áreas específicas). Prazo de entrega: Até 3 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: A atividade exige conhecimentos técnicos específicos, capacidade de julgamento e criatividade para que o leiaute a ser replicado ou adaptado cumpra o papel de comunicar com clareza, facilitando o acesso da sociedade às informações.

Elemento Gráfico para Propriedade Digital

Descritivo: Criação ou adaptação de elemento gráfico, inclusive ícones, para identificar ação, tema ou programa em propriedade digital, a partir de *briefing* do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Entregas: Arquivo digital editável.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Aderência da proposta ao *briefing* e ao tema.

Características consideradas na classificação da complexidade: - Tipo de serviço realizado.

Complexidade:

Baixa	Adaptação de elemento gráfico.
Alta	Criação de elemento gráfico.

Prazo de entrega: Até 3 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a elaboração de elemento gráfico exige soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Roteirização e Diagramação de apresentação

Descritivo: Planejamento do roteiro, diagramação e animação, conforme roteiro da apresentação.

Entregas: Arquivo de apresentação digital.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.

- Adequação ao *briefing*.
- Aderência ao tema proposto.

Características consideradas na classificação da complexidade: Dinâmica da apresentação. Prazo de entrega.

Complexidade:

Baixa	Sem animação. Prazo de entrega: Até 2 dias.
Média	Com animação simples. Prazo de entrega: Até 8 dias.
Alta	Com animação. Animação não linear, com efeitos de zoom em textos, imagens e figuras. Prazo de entrega: Até 15 dias. Exemplos: https://www.youtube.com/watch?v=bbyF06iosNw ; https://www.youtube.com/watch?v=Xq0fnHw-SZk ; https://www.youtube.com/watch?v=ThG_02miq-4

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: A atividade exige o aprofundamento sobre os temas, a realização de estudos, a capacidade artística e a capacidade de julgamento para elaborar propostas sobre a melhor forma de representar um tema ou assunto na apresentação. A roteirização da apresentação trará sugestões e informações quanto à forma e o conteúdo, servindo de base para orientar a atuação do porta-voz do ministério.

Diagnóstico e Matriz Estratégica

Descritivo: Execução das seguintes atividades relacionadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional e/ou temas solicitados:

Mapeamento da presença digital relacionada ao Ministério do Desenvolvimento Regional/ tema –

- Identificar os principais assuntos tratados pela pasta, públicos e necessidades de comunicação;
- Análise editorial das propriedades digitais;
- Análise da arquitetura da informação;
- Análise da presença em ferramentas de busca;
- Análise da atuação da ativação nas Redes Sociais;

Busca das melhores práticas e desempenho;

Definição do objetivo da presença digital;

Indicação dos canais de atuação e propriedades digitais;

Desenvolvimento da matriz/direcionamento estratégica/o com a consolidação do objetivo da presença digital;

Proposição do mapa de sites e/ou portais e/ou aplicativos e/ou hotspots e/ou landing pages e/ou aplicativos móveis com indicação das áreas específicas por órgão/tema;

Proposta visual para tela inicial de sites e/ou portais e/ou hotspots e/ou landing pages e/ou aplicativos móveis;

Proposição conceitual dos indicadores de avaliação de performance estratégica (deverá ser reavaliada após a entrega de sites e/ou portais e/ou hotspots e/ou landing pages e/ou aplicativos móveis, de acordo com os objetivos sazonais do Ministério do Desenvolvimento Regional ou temas);

Indicação de parceiros, recursos, gestores e ferramentas necessárias para o êxito do projeto.

Entregas: Apresentação do diagnóstico contendo:

Planejamento de comunicação para o objeto de presença digital solicitado;

Estratégia concebida na matriz/direcionamento estratégica/o;

Proposição do mapa de sites e/ou portais e/ou hotspots e/ou landing pages e/ou aplicativos móveis com indicação das áreas específicas do Ministério do Desenvolvimento Regional e/ou temas específicos;

Proposta visual de sites e/ou portais e/ou hotspots e/ou landing pages e/ou aplicativos móveis contemplando a tela inicial e dois exemplos de tela interna relacionada ao órgão/tema;

Principais pontos do mapeamento, recomendações de ações para cada uma das propriedades digitais, boas práticas e sugestões de ações relacionadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional e/ou temas;

Detalhamento do mapeamento, recomendações de ações para cada uma das propriedades digitais, boas práticas e sugestões de ações relacionadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional e/ou temas;

Produção de relatório com recomendação de formas de atuação e adequação (melhorias das referidas propriedades digitais);

Relatório de públicos, desejos, insumos, potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças;

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Consistência do mapeamento e do diagnóstico realizado.
- Aplicabilidade e aderência às diretrizes de comunicação digital do Governo Federal.
- Consistência das recomendações produzidas.

Características consideradas na classificação da complexidade: Quantidade de canais a serem diagnosticados.

Complexidade:

Baixa	Até 5 canais.
Média	De 6 a 10 canais.
Alta	Acima de 10 canais.

Prazo de entrega: Até 20 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: A atividade exige o estudo sobre os temas de interesse do órgão, a forma como são representados e o desenvolvimento de diretrizes que possam servir como referência para o planejamento da atuação da Ascom na elaboração de conteúdos e nas estratégias de comunicação.

Diagnóstico de Saúde Digital de Marca ou Tema

Descritivo: Elaboração de diagnóstico ou estudo inicial da saúde da marca, isto é, análise da percepção da marca ou órgão no ambiente digital, redes sociais, blogs, portais e sites especializados, destacando quem são os influenciadores (detratores, evangelistas, etc.), temas mais comentados, oportunidades e saúde da marca.

Entregas: Diagnóstico da marca completo. O estudo inclui os seguintes tópicos:

Volume total de menções da marca nas redes sociais;

Regionalização e origens de menções;

Principais temas comentados;

Análise dos principais influenciadores (detratores, evangelistas, etc.) em fichas individualizadas;

Análise de oportunidades de mercado detectadas;

Análise de rankings de assuntos mais e menos falados;

Análise da saúde do tema (por polarização – positivo/negativo);

Análise da percepção do público (consumidores, cidadãos ou usuários) sobre o segmento de atuação em que a marca está inserida. O estudo deve permitir um detalhamento claro sobre o formato do mercado nas redes sociais, indicando a melhor maneira de trabalhá-lo.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Definição período suficiente para encontrar padrões e tendências;
- Definição das fontes e da quantidade de blogs, redes, grupos ou portais especializados a serem analisados;
- Obtenção de boa avaliação qualitativa, incluindo análise política, sociológica, comportamento de consumo, no relatório a ser elaborado.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Número de influenciadores que serão analisados detalhadamente e quantidade de canais a serem analisados.

Complexidade:

Baixa	Até 50 influenciadores. Até 5 canais digitais. Prazo de entrega: Até 10 dias.
Média	De 50 a 200 influenciadores. Até 10 canais digitais. Prazo de entrega: Até 15 dias.
Alta	De 200 a 500 influenciadores. Acima de 10 canais digitais. Prazo de entrega: Até 20 dias.

Prazo de entrega: até 20 dias úteis.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: O serviço compreende a análise e avaliação de informações, menções, meios, influenciadores e veículos que citam o órgão, seus programas e marcas. A atividade é claramente de inteligência e de importância clara para subsidiar a tomada de decisões quanto à estratégia de comunicação do órgão.

Arquitetura de Propriedade Digital

Descritivo: Elaboração da estrutura de navegação de propriedade digital, contemplando seus diversos níveis e compreendendo das seguintes atividades:

- Elaboração e adequação da propriedade digital do Ministério do Desenvolvimento Regional (sites, portais, hotspots, landing pages e/ou aplicativos), em conformidade com a Identidade Digital de Governo.
- Proposição de arquitetura da informação da propriedade digital do Ministério do Desenvolvimento Regional aderente ao padrão da Identidade Digital de Governo:
- Aproveitamento dos módulos criados, quando recomendável.
- Aproveitamento das funcionalidades e regras presentes nos módulos, quando recomendável.

- Aproveitamento da estrutura e elementos globais desenvolvidos, quando recomendável.
- Aproveitamento da navegabilidade e usabilidade definidas, quando recomendável.
- Adaptação de elementos gráficos e estilos definidos.
- Produção de protótipos navegáveis no *wireframe*.
- Atividades de elaboração:
 - Proposição de novos módulos;
 - Proposição de novas funcionalidades;
 - Proposição de novos elementos gráficos e estilos;
 - Definição de fluxos, análise de dados e atividades de concepção e construção.
 - Estudo de adequação de cores;
 - Estudo de adequação de estilo da fonte, tamanho e cores, se necessário;
 - Desenvolvimento dos leiautes com as devidas alterações (as telas a serem trabalhadas são: telas inicial e internas, conforme definidas em concordância com o direcionamento estratégico aprovado).

Entregas:

- Estratégia de navegação ou organização das informações, contemplando hierarquicamente as seções do ambiente, bem como os relacionamentos conceituais de similaridade, subordinação e cruzamento das informações;
- Arquivos de imagem digital aberto contemplando a tela inicial e três exemplos de telas internas;
- Mapa de elementos.
- Listagem das telas.
- *Wireframe* (protótipo) em arquivo eletrônico navegável, com orientação dos elementos contemplados nas telas.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Abrangência, consistência e aplicabilidade da solução proposta.
- Aderência às diretrizes de comunicação digital do Governo Federal.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Quantidade de níveis da arquitetura da informação.
- Prazo de entrega.

Complexidade:

Baixa	Arquitetura da informação até o primeiro nível. Prazo de entrega: Até 20 dias.
Média	Arquitetura da informação até o terceiro nível. Prazo de entrega: Até 25 dias.
	Arquitetura da informação até o quinto nível.

Alta	Prazo de entrega: Até 30 dias.
------	--------------------------------

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: O serviço compreende uma série de atividades de natureza intelectual e artísticas, passando pelo planejamento da experiência do usuário na navegação, a organização das informações para que a comunicação ocorra de maneira adequada, até a elaboração de estudos e propostas sobre a representação visual das informações.

Projeto Editorial

Descritivo: Elaboração de documento com a descrição detalhada das características, tipos de conteúdo e plano geral de funcionamento de uma propriedade digital, compreendendo as seguintes atividades:

- Detalhamento das diretrizes a serem seguidas para chamadas, textos e posts, imagens, infográficos, vídeos e outros conteúdos (formato, frequência de publicação).
- Indicação de produção de novos conteúdos, com definição de pautas.

Entregas: Arquivo texto detalhado contendo o Projeto Editorial.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adequação e consistência dos mapeamentos, indicações e descrições.
- Aplicabilidade das propostas de conteúdos.
- Aderência às diretrizes de comunicação digital do Governo Federal.

Características consideradas na classificação da complexidade: Não se aplica.

Prazo de entrega: Até 20 dias úteis.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: O serviço compreende o estudo e aprofundamento sobre os temas de interesse do órgão e seus públicos, formas e meios de comunicar esses assuntos e o suporte no planejamento da estratégia para que os objetivos de comunicação sejam alcançados.

Migração de Conteúdo

Descritivo: Elaboração de estratégia para a migração de conteúdo de uma propriedade digital para outra, compreendendo as seguintes atividades:

- Seleção, indicação e consolidação de conteúdos em planilha (de/para).
- Indicação dos conteúdos que podem ser migrados por meio de script e dos que devem ser migrados manualmente.
- Orientações para a execução de backup de conteúdo.

Entregas: Arquivo de planilha eletrônica contendo a proposta de migração e arquivo texto com o detalhamento da estratégia de migração, descrevendo as atividades acima.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adequação e consistência das indicações e orientações.
- Aplicabilidade da proposta de migração.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Quantidade de itens a serem migrados.
- Prazo de entrega.

Complexidade:

Baixa	Planilha com até 40 itens. Prazo de entrega: Até 10 dias.
Média	Planilha com até 60 itens. Prazo de entrega: Até 20 dias.
Alta	Planilha com até 80 itens. Prazo de entrega: Até 30 dias.
Altíssima	Planilha com até 100 itens. Prazo de entrega: Até 45 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: O serviço compreende a análise e julgamento sobre a natureza de cada conteúdo, o diagnóstico e a classificação das informações.

Análise de tráfego de rede e usabilidade

Descritivo: Acompanhar a quantidade e o comportamento de usuários que acessa e navegam pelos sites e/ou portais do Ministério do Desenvolvimento Regional, definidos e sob demanda da Contratante. Com base nessas informações, a Contratada não apenas deve apresentar os números, mas também fazer o que se chama de Web Analytics, que consiste em analisar o comportamento constatado e, caso não seja o estimado pela Contratante, deve ainda apresentar soluções para o ajuste. A ferramenta escolhida deve não apenas fazer a contagem de visitas, mas permitir a identificação de caminhos de navegação e formas de interação, sempre visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos sites e/ou portais e seus conteúdos.

Entregas: Relatórios com números totais de visitantes (únicos e que retornam), origens de tráfego e análises sobre metas traçadas, e atingidas – ou não, com sugestão de implementação de testes para avaliação de navegação objetivando posterior otimização. Também deve identificar os pontos críticos em relação à arquitetura ou layout verificados por meio de uma inspeção especializada em usabilidade – deve compreender ainda a Análise Heurística, que acarreta recomendações de design, seleção de registros verbais positivos e negativos feitos pelos participantes de teste de usabilidade, e análise e documentação dos resultados, além de recomendações de melhorias.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Atender ou responder às necessidades e/ou problemática apontada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.
- Qualidade da análise realizada
- Consistência das recomendações.

Características consideradas na classificação da complexidade: Não se aplica.

Prazo de entrega: 15 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Serviço que compreende a inteligência e análise de dados e informações que auxiliem na compreensão sobre a funcionalidade das páginas do MDR na internet, permitindo o aperfeiçoamento das estruturas e conteúdos para melhor informar aos públicos de interesse.

Capacitação para Publicação de Conteúdo

Descritivo: Elaboração de roteiro de publicação de conteúdo para subsidiar gestores de conteúdo de portais institucionais que utilizam um sistema de gerenciamento de conteúdo (*Custom Management System - CMS*). O roteiro deve contemplar exercícios e

exemplos de publicação que possam ser customizados de acordo com o CMS escolhido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e a sua linha editorial. O roteiro deverá ser executado presencialmente, junto com o gestor de conteúdo dos novos portais desenvolvidos em CMS de código aberto, permitindo que este utilize as funcionalidades disponibilizadas.

Entregas: Roteiro elaborado, com indicação de data da realização da aplicação, e quantidade de gestores capacitados.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade, consistência e aplicabilidade do roteiro.
- Aderência às diretrizes de comunicação digital do Governo Federal.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Duração do treinamento.
- Quantidade de treinandos.

Complexidade:

Baixa	Treinamento de até 1 dia
Média	Treinamento de até 3 dias
Alta	Treinamento acima de 3 dias

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Atividade que compreende o desenvolvimento de conteúdo e a capacitação de servidores do ministério para que estejam aptos a publicar conteúdos no site, utilizando as ferramentas de maneira apropriada e preservando a segurança do portal.

Publicação de Conteúdo

Descritivo: Publicação e tagueamento de conteúdo, inclusive em finais de semana e feriados, envolvendo diagramação, edição e adaptação de conteúdos com base em insumos (foto e legenda, fotolegenda, áudio, vídeo, infográfico, arquivo digital, banner, texto, dados e informação) em portais (internet e intranet).

Entrega: Conteúdo publicado e tagueado.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Tempestividade no atendimento.
- Qualidade do conteúdo publicado.
- Correção ortográfica.
- Aderência às diretrizes de comunicação digital do Governo Federal.

Características consideradas na classificação da complexidade: Não se aplica.

Prazo de entrega: Até 1 dia.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Atividade que compreende a análise dos conteúdos, a classificação e publicação de acordo com técnicas que possibilitem uma melhor performance das publicações na internet.

Criação de nome, identidade visual, conceito e marca

Descritivo: Criação de nome, conceito, marca e layout para construção de identidade visual de ação, evento, plano ou programa elaborado a partir de briefing previamente aprovado.

Entregas: Apresentação contendo propostas de nome, conceito, marca e layout de identidade visual, bem como a aplicação da marca em peças.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica das atividades realizadas.

Características consideradas na classificação da complexidade: Alta

Prazo de entrega: Até 05 dias úteis.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Atividade de natureza intelectual, criativa e artística. Compreende o estudo sobre os programas, ações e atividades do ministério e o desenvolvimento de nomes, marcas e conceitos que melhor representem o MDR junto aos públicos de interesse do órgão.

Criação de infográfico, ilustração, organograma e fluxograma

Descritivo: Criação de infográfico e/ou organograma/fluxograma para ambientes virtuais, utilizando elementos gráficos e ilustrações com elaboração de títulos e eleição de fontes. O conteúdo enviado deve ser adaptado para a compreensão visual, atendendo às necessidades da demanda de trabalho. Com relação à ilustração, ela deve ser criada com base em *briefing* previamente encaminhado para posterior aprovação, podendo ser solicitados ajustes.

Entregas: Arquivo de imagem digital em alta resolução e arquivo digital aberto.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adequação ao *briefing*.
- Clareza, didatismo, objetividade, criatividade e atratividade visual.
- Correção ortográfica.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Tipos de elementos que compõem o infográfico.
- Prazo de entrega.

Complexidade:

Baixa	Infográfico estático, com aplicação de imagem e edição simples na composição. Prazo de entrega: Até 3 dias.
Média	Infográfico estático, com montagem de um gráfico ou de um fluxo complexo. Prazo de entrega: Até 5 dias.
Alta	Infográfico animado, com variação de comportamento nos frames, com montagem e criação com duas ou mais telas ou gráficos, ou fluxos mais complexos. Prazo de entrega: Até 7 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a criação de infográficos/organogramas/fluxograma/ilustrações que utilizam elementos gráficos exige soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Banner

Descritivo: Criação e produção de peça gráfica digital, com conteúdo estático, animado ou interativo.

Entregas: Arquivo de imagem digital e arquivo digital aberto.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adequação ao *briefing*.
- Clareza, objetividade, criatividade, atratividade, correção ortográfica.
- Correta aplicação de logomarcas.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Tipo de elemento utilizado na elaboração do banner.
- Prazo de entrega.

Complexidade:

Baixa	Banner estático. Prazo de entrega: Até 2 dias.
Média	Banner animado. Prazo de entrega: Até 3 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: a criação e a produção de peça gráfica exige soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Criação e administração de listas de contatos e envio de Mensagens Instantâneas

Descritivo: Captar, organizar e criar listas qualificadas de contatos (ex.: prefeitos, parlamentares, jornalistas, influenciadores e cidadãos). Formatar mensagens (texto, vídeo, imagens, gifs) adequadas a esses públicos de interesse do MDR e realizar o envio via aplicativos de mensagens instantâneas envolvendo as seguintes atividades:

- Aplicação de sistema de adesão de usuários.
- Busca de soluções tecnológicas para a criação da base de usuários.
- Manutenção de lista de contatos.
- Formatação de mensagens: curadoria do conteúdo de acordo com as características/interesses de cada lista de contrato.
- Envio

Entregas:

- Relatório em arquivo texto, contendo a descrição das atividades realizadas, erros identificados, correções realizadas, recomendações de melhorias e prints das mensagens enviadas.

- Relatório de adesão de novos usuários

- Relatório de entregas, com taxa de sucesso de leitura

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.

- Qualidade técnica das atividades realizadas.

Complexidade: Não se aplica.

Prazo de entrega: Mensal

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: A classificação dos contatos, bem como a curadoria do conteúdo a ser enviado para cada lista, exige capacidade de avaliação e julgamento das particularidades de cada conteúdo e público.

Análise e aplicação de Pontos por Função Plone

Descritivo: Fornecer o tamanho funcional de um projeto de desenvolvimento ou melhoria, bem como sua respectiva aplicação, de acordo com o briefing do Contratante. O projeto deverá ser baseado em Ponto de Função para serviços de tecnologia relacionados a soluções digitais, envolvendo HTML/HTML5, CSS/CSS3, Java script, programação em tecnologias Java, Python /Plone, PHP, ASP e outras linguagens de programação.

Entregas:

- Arquivo texto contendo os estudos, definições, catálogos, planejamento do script de migração, planejamento tático, indicação de novos módulos e documentação de análises realizadas.

- Aplicação dos pontos por função plone.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.

- Adequação e consistência das análises.

- Aplicabilidade das soluções propostas.

- Aderência as diretrizes de comunicação digital do Governo Federal.

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Quantidade de pontos de função a ser aplicados.

Complexidade:

Baixa	Análise com aplicação de até 20 pontos
Média	Análise com aplicação de 21 a 50 pontos
Alta	Análise com aplicação de 51 a 100 pontos

Prazo de entrega: A combinar

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: A atividade consiste no estudo aprofundado de cada projeto, exigindo capacitação técnica apurada para o diagnóstico das necessidades e proposição das melhores soluções.

Transmissão ao Vivo para Ambiente Digital

Descritivo: Streaming (transmissão de som e imagem), via propriedade digital, de eventos ao vivo (solenidades, seminários e outros tipos de evento), para potencializar o alcance da divulgação de ações do órgão/entidade. A transmissão deverá ser realizada em canais próprios do Ministério e o vídeo deverá ser publicado ao final. O serviço contempla as seguintes atividades:

- Indicação e provimento de soluções tecnológicas para transmissão ao vivo de áudio e vídeo.
- Suporte de tecnologia e atendimento para equipe local.
- Gravação do vídeo.

Entregas: Arquivo de vídeo gravado com imagens e áudio captados, sem edição ou cortes, e relatório de atividades realizadas para a viabilização da transmissão.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica da transmissão e do vídeo gravado.

Características consideradas na classificação da complexidade: Tempo.

Baixa	Serviço de captação de áudio e vídeo com 2 (duas) câmeras digitais. Iluminação; mesa de corte para transmissão ao vivo. Direito de cessão de imagem incluso. Até 2h de transmissão.
Média	Serviço de captação de áudio e vídeo com 2 (duas) câmeras digitais, ou mais. Iluminação; mesa de corte para transmissão ao vivo. Direito de cessão de imagem incluso. Até 4h de transmissão.

Prazo de entrega: Até 1 dia após a atividade.

Elaboração e edição de entrevista, clipe, reportagem de vídeo para portal, redes sociais e mídia digital.

Descritivo: Entrevista em vídeo, clipe ou videoreportagem elaborada a partir de briefing e pauta previamente aprovados. O material deverá ser entregue editado. Os personagens e profissionais envolvidos devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral em arquivo texto. Os vídeos deverão ser legendados em português, inglês e espanhol. O custo deverá prever a equipe necessária para a produção do vídeo.

Entregável: Arquivo texto contendo o roteiro de edição finalizado, arquivos de vídeo em alta resolução (4K) para uso em TV e internet, cópia dos direitos autorais e uso de imagem em arquivo digitalizado.

Aspectos a serem considerados na avaliação de qualidade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica e editorial do material em relação à pauta planejada e ao roteiro aprovado

Características consideradas na classificação da complexidade:

- Quantidade de dias de captação.
- Equipe utilizada na produção.
- Serviços complementares de pós-produção.
- Prazo de entrega.

Complexidade:

Baixa	Até 2h de captação e produção em ambiente interno do órgão Desejável equipe composta de 1 repórter, 1 câmera. Pós-produção do material captado com arte finalização e trilha. Prazo de entrega: Até 5 dias úteis após a captação.
Média	A partir de 2h até 12 horas de captação e produção em ambiente interno/externo. Desejável equipe composta de 1 repórter, 1 câmera, 1 produtor. Pós-produção com edição do material captado e arte finalização e trilha. Prazo de entrega: Até 10 dias úteis após encerrada a captação.
Alta	Acima de 12h de captação e produção em ambiente interno/externo. Desejável equipe composta de 1 diretor, 1 repórter, 2 câmeras, 1 produtor, 2 assistentes. Pós-produção com edição do material captado, sonorização e computação gráfica. Prazo de entrega: Até 15 dias úteis após encerrada a captação.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Serviços de vídeo dependem de criatividade e arte, além de técnica apurada. Exigem soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade além do conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Vídeo Depoimento

Descritivo: Vídeo para captação de um ou mais depoimentos sobre tema específico. Elaborado a partir de um briefing e pauta previamente aprovados. Vídeo simples, de curta duração, com declaração, pronunciamento ou testemunho. Os personagens e profissionais envolvidos devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral em arquivo texto. Os vídeos devem ser transcritos e legendados nos idiomas: português, inglês e espanhol. O custo deve prever a equipe necessária.

Entregável: Arquivo texto contendo o roteiro de edição finalizado, arquivos de vídeo em alta resolução (4K) para uso em TV e internet, documentos de cessão dos direitos autorais e uso de imagem em arquivo digitalizado.

Aspectos a serem considerados na avaliação de qualidade:

- Cumprimento do prazo;
- Avaliação do vídeo em relação à pauta planejada e ao roteiro aprovado;
- Qualidade técnica do material;
- Qualidade editorial do material.

Método de classificação da complexidade: quantidade de depoimentos e dias de captação.

Complexidade:

Baixa	Até 2h de captação e produção em ambiente interno e externo do órgão. Até 2 depoimentos. Desejável equipe composta de 1 repórter, 1 câmera. Pós-produção do material captado com arte finalização e trilha. Prazo de entrega: Até 2 dias úteis após a captação. 4 por mês
-------	---

Prazo de entrega: até três dias úteis após a captação.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Serviços de vídeo dependem de criatividade e arte, além de técnica apurada. Exigem soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade além do conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Vídeo Animação

Descritivo: Produção de vídeo com utilização de técnica de animação. Elaborado a partir de um briefing e roteiro previamente aprovados. Os profissionais envolvidos devem ceder o uso de direito autoral em arquivo texto. Os vídeos devem ser transcritos e legendados nos idiomas: português, inglês e espanhol. O custo deve prever animação, edição, editor, diretor de arte, sonorização.

Entregável: Arquivo texto contendo o roteiro finalizado, arquivos de vídeo em alta resolução (4K) para uso em TV e internet, documentos de cessão dos direitos autorais em arquivo digitalizado.

Aspectos a serem considerados na avaliação de qualidade:

- Cumprimento de prazo;
- Avaliação do vídeo em relação à pauta planejada e ao roteiro aprovado;
- Qualidade técnica do material;
- Qualidade editorial do material.

Método de classificação da complexidade: duração e técnica de elaboração: 2D ou 3D.

Complexidade:

Baixa	2D e duração de até um minuto. <u>Prazo de entrega:</u> até cinco dias.
Média	3D, inclusive maquetes digitais de projetos, e duração de até um minuto. <u>Prazo de entrega:</u> até dez dias

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Serviços de vídeo dependem de criatividade e arte, além de técnica apurada. Exigem soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade além do conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Reedição de Vídeo

Descritivo: Reedição de um vídeo já produzido ou criação de novo conteúdo a partir de arquivo de imagens. O custo deve prever direção de edição, pós-produção (arte, edição, sonorização), locutor standard e trilha branca.

Entregável: Arquivo de vídeo ajustado em alta resolução (HD) para uso em TV e internet.

Aspectos a serem considerados na avaliação de qualidade:

- Cumprimento do prazo;
- Qualidade Técnica;
- Realização dos ajustes apontados.

Classificação da complexidade: não se aplica.

Prazo de entrega: até dez dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Serviços de vídeo dependem de criatividade e arte, além de técnica apurada. Exigem soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade além do conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Criação de Vinheta

Descritivo: Criação de mensagem simples, de curta duração, para utilização em ambientes digitais. A vinheta pode conter texto, imagem, áudio, arte gráfica, animação, conforme solução escolhida para atendimento ao *briefing*.

Entregas: Vinheta em alta resolução (HD) para uso em TV e internet ou em formato de áudio, conforme a solução aprovada.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica.
- Aderência em relação ao tema e ao *briefing*.

Características consideradas na classificação da complexidade: Não se aplica.

Prazo de entrega: Até 15 dias.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Serviços de vídeo dependem de criatividade e arte, além de técnica apurada. Exigem soluções específicas e individualizadas para cada desafio de comunicação. É clara a característica artística e técnica da atividade além do conhecimento aprofundado do órgão, políticas e programas. A melhor forma de expressar visualmente um conteúdo exige capacidade intelectual e criativa do executor da tarefa, não sendo possível caracterizar a atividade como meramente operacional ou possível de avaliação por parâmetros objetivos.

Libras Para Vídeo

Descritivo: Tradução, gravação e inserção de janela de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em vídeo. A janela de libras deverá ser agregada ao produto original, de forma que esteja visível ao telespectador, e deverá ocupar a metade da tela em altura e um quarto da tela em largura. A vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete. A janela de LIBRAS deve ser aplicada preferencialmente com transparência ao fundo, de forma que os elementos que são apresentados atrás da janela de LIBRAS sejam favorecidos na apresentação do vídeo. Sobre a janela de libras não devem ser sobrepostas quaisquer outras informações e /ou vídeo. A janela pode ser retirada do vídeo em momentos em que não ocorrerem falas ou diálogos, favorecendo os demais itens da cena. A janela de LIBRAS deve respeitar a delimitações da área de segurança da tela (4:3).

Entregas: Vídeo editado com gravação de intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Qualidade técnica.
- Atendimento ao descritivo do item

Características consideradas na classificação da complexidade: tempo de duração do vídeo.

Complexidade:

Baixa	Vídeo com duração de até dois minutos; Prazo de entrega: até 2 dias
Média	Vídeo com duração de dois minutos e um segundo até cinco minutos. Prazo de entrega: até 3 dias
Alta	Vídeo com duração de mais de cinco minutos. Prazo de entrega: até 5 dias

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Atividade que exige a capacitação técnica do executor bem como o estudo e análise das ações e temas do ministério para a melhor tradução das mensagens para o público de interesse.

Conteúdo para Redes Sociais

Descritivo: Produção e publicação de posts para redes sociais, a partir de pauta previamente aprovada. Envolve a elaboração de texto, edição de imagens, diagramação e tagueamento.

Entregas: Relatório mensal com a descrição e comprovação das tarefas realizadas, entregue em versão digital.

Aspectos a serem considerados na avaliação de atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Adoção das fontes e insumos fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.
- Tempestividade no atendimento.
- Aderência à pauta.
- Qualidade do conteúdo produzido.
- Correção ortográfica.
- Aderência às diretrizes de comunicação digital do Governo Federal.

Complexidade: Não se aplica

Prazo de entrega: Mensal.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Atividade que alia técnica, criatividade e arte para o desenvolvimento das melhores formas de representar os temas e ações do ministério nas redes sociais, possibilitando a comunicação eficaz com os públicos de interesse.

Moderação em Redes Sociais

Descritivo: Gerenciamento de perfis em redes sociais, contemplando a identificação, análise e execução de ações tais como: monitoramento, resposta, exclusão etc. As intervenções são pontuais e de rápida execução, sem necessidade de elaboração de projetos ou documentos mais elaborados. A moderação compreende as seguintes atividades:

- Acompanhamento permanente dos perfis (24 horas, 7 dias por semana).
- Leitura e classificação (neutra, positiva e negativa) de todas as interações.
- Articulação com interlocutores relacionados ao tema para a elaboração de respostas.
- Elaboração e postagem de respostas.
- Análise das ações realizadas e recomendações de melhorias.

Entregas: Relatório mensal, em versão digital, com a descrição e comprovação e análise das tarefas realizadas, com indicação de falhas e ações assertivas e recomendações de melhorias.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Tempestividade e qualidade da moderação, das interações e das análises.

Complexidade: Não se aplica

Prazo de entrega: Mensal.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Exige o conhecimento aprofundado sobre os temas e ações do ministério, possibilitando a formulação de respostas e esclarecimentos que ajudem o cidadão a melhor compreender as ações, serviços e medidas conduzidas pelo órgão.

Monitoramento Online - Análise de Jornais, Revistas, Blogs, Redes Sociais e Portais de Notícias

Descritivo: Acompanhar de forma permanente (24x7) com apoio de ferramenta de monitoramento a imagem do órgão/tema em veículos online e redes sociais. O monitoramento deve indicar sua repercussão, reputação, evolução de sentimento, principais influenciadores e demais informações estratégicas para a tomada de decisões. Situações que indiquem possíveis repercussões com alto volume devem ser alertadas, especialmente aqueles que possam gerar crise. O resultado deve ter clareza na apresentação dos dados. A análise deve responder os porquês dos dados e não só os números pelos números, ou seja, explicar as razões pela qual determinado tema está positivo/negativo, o que está gerando esse efeito e exemplos de posts/notícias que comprovem esta explicação.

Entregas:

Relatório diário às 7h (corpo do e-mail) – deve trazer um resumo dos fatos do dia anterior (o que mais teve relevância, seja ela positiva ou negativa), tendências de temas quentes para o dia e o que tem potencial de continuar na pauta (por exemplo, algum tema de veículo ou imprensa que esteja repercutindo nas redes sociais);

Relatório diário entre 12h e 14h (corpo do e-mail) – deve trazer os temas que mais estão repercutindo no dia – o cumprimento deste horário serve para que o cliente tenha tempo de agir no próprio dia;

Alertas (whatsapp) – mensagem eletrônica (em formato previamente acordado) sobre fatos de impacto e de interesse do MDR, noticiados nos intervalos entre o envio dos relatórios.

Relatório semanal em arquivo de apresentação (sexta-feira entre 12h e 14h) - recorte com uma visão geral dos principais temas e o que mais repercutiu positiva e negativamente para os itens monitorados. Deve ser algo direto e objetivo, algo como 3 slides que resumam bem e de forma clara o que foi a semana;

Relatório de fim de semana (corpo do e-mail) - entre 12h e 14h do sábado, domingo e feriado - um consolidado com as principais informações do dia seguindo os mesmos parâmetros do relatório diário, sendo um para cada dia;

Aspectos a serem considerados na avaliação de qualidade:

- Atendimento dos prazos estipulados pelos entregáveis;
- Tempestividade dos alertas;
- Qualidade das análises;
- Alertas feitos de forma coerente e com relevância.

Método de classificação da complexidade: não se aplica.

Prazo de entrega: Execução continuada mensal.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Atividade intelectual que exige o conhecimento aprofundado do órgão, a análise e avaliação política sobre cada menção captada nos veículos de comunicação, redes sociais e sites.

Receber, coordenar, articular, encaminhar e acompanhar as demandas de comunicação das unidades do órgão

Descritivo: Identificação das necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional e acompanhamento da execução das soluções propostas, garantindo a manutenção da qualidade técnica da entrega dos produtos e serviços executados no âmbito da contratação. O atendimento compreende as seguintes atividades:

- Compreensão plena das necessidades do MDR;
- Proposição de produtos e serviços adequados ao atendimento dessas necessidades.
- Gerenciamento das demandas em andamento.
- Documentação dos produtos/serviços realizados.

Entregas: Relatório contemplando a listagem das tarefas realizadas, com detalhamento e status de andamento.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento dos prazos.
- Tempestividade no atendimento.

- Qualidade na interação com o demandante.
- Precisão na documentação das atividades.
- Capacidade de atendimento em relação ao volume de demandas.

Características consideradas na classificação da complexidade: Perfil das equipes (formação acadêmica, qualificação, experiência profissional e idiomas) para o atendimento da demanda.

Complexidade:

Alta	Perfil Profissional de Comunicação Sênior: nível superior (cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação) com, no mínimo, 8 anos de atuação em assessorias de imprensa de órgãos públicos, agências de comunicação, empresas ou em veículos de comunicação de abrangência nacional, ou ter atuado como gerente ou coordenador de atendimento em assessorias de comunicação ou imprensa pública ou privada. Experiência em administração e coordenação das atividades de Comunicação, redação, além das demais atividades envolvidas no atendimento, tais como: definir divulgações e programas de relacionamento com o público-alvo. Responsável pela consolidação e apresentação de relatórios. Gerenciamento de equipes. Desejável domínio do idioma inglês.
------	--

Prazo de entrega: Execução continuada mensal.

JUSTIFICATIVA QUANTO AO PERFIL PROFISSIONAL: a exigência de um profissional de nível sênior é justificada pela complexidade do serviço. A atividade exige o julgamento e a avaliação das demandas para a elaboração de propostas adequadas às particularidades, complexidades e riscos da cada situação, isso exige que o profissional tenha amplo conhecimento sobre o funcionamento de assessorias de comunicação e dos veículos de imprensa.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: atividade que exige o julgamento e a avaliação das demandas para a elaboração de propostas adequadas às particularidades, complexidades e riscos da cada situação. O processo de comunicação é dinâmico e complexo, exigindo uma avaliação apurada e elaboração de soluções individualizadas, não podendo ser considerado serviço meramente operacional.

Elaboração de plano de comunicação de acordo com briefing da contratante

Descritivo: elaboração de planos de comunicação relacionados às políticas, programas, ações, campanhas e eventos do MDR. Inclui consulta a documentos fornecidos pela contratante e entrevistas com interlocutores, interessados, usuários e outros representantes indicados pela contratante. O plano deve ser elaborado a partir de objetivos a serem atingidos, conforme orientações da contratante, e prever estratégias e ações destinadas à sociedade em geral e/ou segmentos determinados, especificando ações de comunicação por público, cronograma e detalhes necessários à sua execução. Deve levar em consideração as ferramentas e atividades de comunicação do MDR.

Entregas: Plano de comunicação, em formatos impresso e em arquivo digital, que deverá apresentar a seguinte estrutura mínima: tema, descrição e análise da situação e contexto, caracterização do problema ou problemas de comunicação, recomendação de estratégias gerais e por público, recomendações de ações por público, riscos e oportunidades, detalhamento e recomendações para operacionalização das ações propostas, resultados esperados.

Aspectos a serem considerados na avaliação da atividade:

- Cumprimento do prazo.
- Cumprimento da estrutura mínima
- Qualidade técnica das atividades realizadas.

Prazo: de 05 a 20 dias úteis, a critério do contratante.

JUSTIFICATIVA DA NATUREZA INTELECTUAL: Atividade que exige elaboração de propostas adequadas às particularidades, complexidades e riscos da cada situação exposta no briefing, e que deverá mapear maneiras mais precisas de comunicar políticas, programas, ações, campanhas e eventos do MDR. O Plano de comunicação é a matriz de toda a estratégia, devendo ser elaborado com a perspectiva completa da comunicação do Órgão, levando em consideração inclusive a existência de crises e seu gerenciamento.

Os serviços especificados e estimados têm o propósito de apoiar as atividades gerenciais e executivas da Assessoria de Comunicação Social do MDR, por meio da oferta de produtos que permitem a coordenação e execução das atividades e a adoção de estratégias e decisões para a implementação dos processos e projetos do órgão. Ainda, buscam o fornecimento de ferramentas que proporcionem uma operacionalização efetiva, com a otimização das atividades para o atendimento das demandas.

Os serviços contratados darão suporte à comunicação do MDR, considerando a imprevisibilidade dos acontecimentos, a rotina do órgão de acordo com as agendas do Ministério, de suas Secretarias e Departamentos, necessidades de coberturas de eventos, entre outros, não se limitando ao horário comum de expediente. Sendo assim, e conforme já mencionado, os quantitativos propostos são meramente estimativos, devendo ser executados à medida da necessidade e conveniência que o contexto demande, podendo o Ministério do Desenvolvimento Regional readequá-los de forma diferente do previamente estabelecido, respeitado o valor contratual.

A solução busca uma contratação de objeto que prima pela comunicação coesa, ou seja, uma solução abrangente de comunicação digital, capaz de formar um todo consistente, fundamentado, lógico e autônomo, com diversos produtos desenvolvidos. Além disso, a solução tem por finalidade apoiar a Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional no cumprimento dos preceitos constitucionais de transparência pública e, em especial, da Lei de Acesso à Informação, fortalecendo os mecanismos de diálogo de interesse público para o exercício da cidadania.

11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional estimou as quantidades da futura contratação a partir de levantamento histórico do período de março de 2019 a março de 2020. Levou-se em consideração a criação do Ministério do Desenvolvimento Regional (Medida Provisória n. 870, de 2019). O espaço temporal de análise escolhido, apesar de reduzido, foi limitado devido a fortes razões que impactariam diretamente na assertividade da estimativa caso fossem ignoradas. Quais sejam:

- a Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional apenas experimentou e vivenciou os impactos da aglutinação das pastas (secretarias finalísticas) dos antigos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades a partir da Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019;

- o Ministério das Cidades não possui histórico de contratação de serviços de comunicação. Já o histórico vivido pela Ascom do Ministério da Integração Nacional (Contrato n. 55/2012) vigorou em moldes bastante diversos à contratação pretendida atualmente (tipo de contratação/ missão institucional/ volume de serviço por colaborador à disposição). Portanto, sugere-se que a realidade das Assessorias de Comunicação de ambos os extintos Ministérios (Integração Nacional e Cidades) destoa consideravelmente da realidade da Ascom do MDR;

- da mesma forma, nos TEDs que se seguiram em ambos os Ministérios, os produtos e os serviços consumidos, conforme pode ser observado nas tabelas do item ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR, oscilaram consideravelmente em curtos períodos de tempo, distorcendo uma linear análise das reais necessidades de duas pastas que não representam a realidade atual do Ministério do Desenvolvimento Regional. Para finalizar, na perspectiva desta equipe, essa oscilação histórica prejudicou o andamento de uma comunicação coesa e eficaz, que desse suporte para a gestão de crises, para a manutenção de uma imagem positiva do órgão e para o volume e a complexidade das demandas de comunicação do MDR. Além disso, constatamos que essa variação de produtos e serviços, ao longo dos últimos anos, dificultou sobremaneira a estimativa de uma contratação condizente com as reais necessidades vividas pelos Ministérios da Integração e das Cidades, impactando também o trabalho de mensuração e estimativa para a futura contratação de comunicação do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Tendo em vista a dificuldade de mensurar as necessidades efetivas do MDR, a equipe de planejamento formulou uma avaliação de comunicação com o **objetivo de auxiliar a Ascom no aperfeiçoamento dos processos e serviços prestados, e no estudo técnico dos processos licitatórios para contratação de serviços especializados de comunicação. A referida avaliação foi encaminhada para as áreas técnicas do MDR**, e obteve 16 contribuições de todas as secretarias finalísticas e executiva do Órgão. Perguntou-se sobre o portal do Ministério, as matérias publicadas, as quantidades que entendiam adequadas e ainda sobre as publicações nos canais digitais da Pasta.

Os levantamentos estão anexos aos autos: 1953052 (levantamento histórico do período de março de 2019 a março de 2020) e 1953069 (avaliação - questionário).

Partindo desses levantamentos e contribuições a equipe de planejamento propôs quantitativos que entende adequados, levando-se em conta também o olhar técnico da gestão da unidade, a nova estratégia de comunicação adotada nesse momento pelo Ministério, além da necessidade de ajustes e projeções futuras.

Cumpra observar que as quantidades propostas são estimadas, e conforme o item 7.1 do Projeto Básico "serão executadas à medida da necessidade e conveniência do CONTRATANTE, que poderá readequá-las, ocasionando distribuição diferente da previamente estabelecida, desde que justificada a alteração e respeitado o valor estabelecido no subitem 6.1, quanto ao valor de investimento para a contratação".

Da estimativa de quantidades:

Estimativa de quantidades	
1.1.1 Adaptação ou Replicação de Tela	O Ministério do Desenvolvimento Regional precisa migrar o portal para a nova página do Governo Federal, atendendo determinação da SECOM. Para além disso, identificamos a necessidade de criação de uma nova intranet, ferramenta de extrema importância para o aperfeiçoamento da comunicação interna e integração das equipes oriundas de dois diferentes ministérios que compuseram o MDR. Segundo nosso levantamento, seriam necessários: 3 adaptações ou replicações de baixa complexidade, 3 adaptações ou replicações de média complexidade e 3 adaptações ou replicações de alta complexidade.
1.1.2 Elemento Gráfico para Propriedade Digital	A abrangência de temas, ações e programas conduzidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional é enorme. A partir da reformulação e aperfeiçoamento da presença digital, será necessária a criação de ícones e elementos gráficos que auxiliem na identificação do órgão e ações. Considerando o levantamento realizado, estimamos a seguinte necessidade: 10 de baixa complexidade (adaptação) e 10 de alta complexidade (criação de elemento gráfico).
1.2.1 Roteirização e Diagramação de apresentação	Rotineiramente, o Ministro e os secretários da pasta explanam as políticas públicas do ministério em eventos, reuniões, e até mesmo para a imprensa. A cada apresentação são utilizados recursos para facilitar a compreensão do público, dentre eles slides, animações simples ou mais elaboradas. Para tanto, a equipe de planejamento estimou o planejamento de roteirização e diagramação em 24 por ano, de baixa complexidade (sem animação); 12 por ano, de média complexidade (com animação simples) e 12 por ano, de alta complexidade (com animação não linear e efeitos de zoom).
1.3.1 Diagnóstico e Matriz Estratégica	Um fator de bastante relevância é a compreensão da presença digital nas propriedades digitais/redes sociais do MDR. Por isso a necessidade de se elaborar um mapeamento a fim de analisar a editoração, a arquitetura da informação, a presença em ferramentas de busca e a atuação nas redes sociais é imprescindível. A equipe de planejamento estimou o serviço uma vez por ano em cada complexidade (baixa - até 5 canais, média - de 6 a 10 canais, e alta - acima de 10 canais).
1.3.2 Diagnóstico de Saúde Digital de Marca ou Tema	Importante também diagnosticar se os temas e marcas do ministério tem efetivamente alcançado seus públicos, as fragilidades e oportunidades para o fortalecimento de marcas e compreensão sobre a atuação do Ministério. Por isso, é importante se fazer o diagnóstico de saúde digital periodicamente, para analisar a percepção da marca ou órgão no ambiente digital, redes sociais, blogs, portais e sites especializados, destacando quem são os influenciadores, temas mais comentados, oportunidades e saúde da marca. A equipe de planejamento entendeu por bem que essa análise seja feita em alguma marca/tema pelo menos uma vez ao ano.

1.4.1 Arquitetura de Propriedade Digital	Tanto o novo portal do Ministério como a intranet necessitarão de um trabalho especializado para a estruturação da informação. A maneira como a informação será organizada e a navegação conduzida pelo portal são essenciais para a melhor compreensão das mensagens estabelecidas como estratégicas para o Ministério. Essa estruturação deve ser pensada dentro de uma estratégia de comunicação que privilegie o acesso à informação, a transparência e funcionalidade do portal /intranet e os serviços nele hospedados. A equipe de planejamento estima que será necessário realização de de 1 projeto de arquitetura de baixa complexidade, 1 de média e 1 de alta.
1.4.2 Projeto Editorial	O Projeto Editorial é o guia para a construção do conteúdo comunicacional de maneira ordenada e dentro de uma estratégia que amplie os resultados de comunicação. Por isso a equipe de planejamento estimou ao menos 01 projeto por ano.
1.4.3 Migração de Conteúdo	Diante da possibilidade da criação de hotspots, de uma nova intranet, e ainda, de novos portais, é necessário se fazer uma análise de todo o conteúdo já publicado pelo Ministério, que possa ser aproveitado. Para isso o serviço de migração de conteúdo prevê a elaboração de estratégia para a migração de uma propriedade digital para outra, com seleção e indicação de itens importantes na migração. Por se tratar de interesse esporádico, a equipe de planejamento estimou 01 migração por ano em cada complexidade: baixa(até 40 itens), média (até 60 itens), alta (até 80 itens) e altíssima (até 100 itens).
1.5.1 Análise de tráfego de rede e usabilidade	A análise de tráfego de rede e usabilidade permite a identificação se o portal está cumprindo o seu papel. Entender quantitativamente e qualitativamente como é o comportamento dos públicos do ministério em seu portal é fundamental para o aperfeiçoamento do conteúdo, da estrutura das informações e a obtenção dos melhores resultados. Dessa forma, a equipe de planejamento estimou a necessidade de 01 análise por ano.
1.6.1 Capacitação para Publicação de Conteúdo	O Portal precisa ser alimentado com notícias, mas também com as atualizações das agendas das autoridades, que por vezes são publicadas pelas diversas áreas do MDR. Para que as publicações sejam realizadas a contento, é importante treinar as pessoas responsáveis pela tarefa. Além disso, a capacitação faz parte da transferência de conhecimento da empresa para o ministério, que precisa ser efetuado periodicamente. Por isso a equipe de planejamento estimou 01 capacitação por complexidade.
1.6.2 Publicação de Conteúdo	Todo o conteúdo produzido pela Ascom deverá ser publicado no portal e nas redes sociais do MDR, e ainda na intranet. A Publicação do conteúdo deverá ser feita sempre que solicitado, inclusive em finais de semana e feriados. Por tal razão, o serviço precisa ser remunerado mensalmente.
1.7.1 Criação de nome, identidade visual, conceito e marca	Com a evolução das políticas públicas, o MDR precisa criar nomes, marcas, identidades visuais em sites, hotspots, etc, e tudo de acordo com a identidade visual do Governo Federal. Dessa forma, a equipe de planejamento estimou cerca de 4 criações por mês, totalizando 48 criações por ano, levando em consideração a quantidade de políticas existentes no âmbito do Órgão.
1.7.2 Criação de infográfico,	Além dos conteúdos disponibilizados nas redes sociais, o Ministério também sempre publica infográficos, ilustrações, etc, para facilitar a comunicação com seus seguidores. A equipe de planejamento, levando em consideração o levantamento e as atuais necessidades do ministério, bem como sua nova estratégia de

ilustração, organograma e fluxograma	comunicação, e estimou em 60 infográficos por ano, sendo 1 por mês na complexidade baixa, 2 por mês na complexidade média e 2 por mês na complexidade alta.
1.7.3 Banner	Da mesma forma que os infográficos, os banners digitais são importantes ferramentas de comunicação nas redes sociais. A equipe de planejamento, levando em consideração o levantamento e as atuais necessidades do ministério, bem como sua nova estratégia de comunicação, e estimou em 48 banners por ano, sendo ao menos 2 por mês, em cada complexidade.
1.8.1 Criação e administração de listas de contatos e envio de Mensagens Instantâneas	Diversas vezes o ministério precisa entrar em contato com gestores municipais e estaduais das políticas públicas da Pasta. Além disso, existem diversos segmentos da sociedade e da imprensa que estão sempre atentos as informações do Órgão. Para tanto a nova estratégia de comunicação do MDR pretende se aproximar destes públicos, e a com o serviço de criação e administração de listas de contato e o envio dessas mensagens instantâneas será possível colocar essa necessidade em prática. Por isso, a equipe de planejamento verificou a necessidade desse serviço ser remunerado mensalmente, sendo previstos relatórios mensais que contenham todas as entregas que foram realizadas no mês.
1.8.2 Análise e aplicação de Pontos por Função Plone	A Secom está migrando os portais de toda a administração pública federal para o sistema de gerenciamento de conteúdo em plone. Portanto, a medida que se precisar fazer adaptações no portal, bem como desenvolver uma nova intranet do ministério ou hotsites em razão de um evento por exemplo, a empresa vencedora precisará analisar a quantidade de pontos de função plone que serão necessários para fazer os ajustes ou a elaboração de um novo portal. Dessa forma, a equipe de planejamento, conhecendo essa nova realidade, estimou 2 análises com aplicação desses pontos em cada complexidade, sendo a baixa com aplicação de até 20 pontos, a média com aplicação de 21 a 50 pontos e a alta com aplicação de 51 a 100 pontos.
1.9.1 Transmissão ao Vivo para Ambiente Digital	O MDR possui uma gama de contratos e convênios que geram entregas à sociedade. Além disso, diversos são os eventos em que o Ministro, e outras autoridades governamentais participam. Seminários, encontros, inaugurações de obras, lançamentos habitacionais, entre outros, são eventos que necessitam de divulgação por sua importância. A depender do evento, a população brasileira, ou alguns segmentos da sociedade possuem grande interesse em participar. A Transmissão ao vivo para ambiente digital facilita o acesso da sociedade interessada, proporcionando conhecimento e publicidade. Com a previsão de realização de aproximadamente 90 eventos para 2021, a equipe de planejamento estimou a realização de 24 transmissões por ano para eventos de até 4 horas, e de 12 transmissões por ano para eventos de 4 a 8 horas.
1.9.2 Elaboração e edição de entrevista, clipe, reportagem de vídeo para portal, redes sociais e mídia digital.	Com o acesso cada vez mais constante as redes sociais, os vídeos tem ganhado bastante espaço nos meios de comunicação. Por sua versatilidade, podem ser publicados nas redes sociais, serem transmitidos via aplicativos, e ainda serem utilizados na televisão. Por isso a nova estratégia de comunicação entende que os vídeos precisam ser mais explorados. A equipe de planejamento estimou para esse tipo de vídeo (chamados de vídeo reportagem ou vídeos releases) 12 vídeos por mês de baixa complexidade (até 2 horas de captação), 03 por mês de média complexidade (de 2h a 12 horas de captação) e 01 por ano de alta complexidade (acima de 12 horas).
	Além dos vídeos releases, acima detalhados, a equipe de planejamento estimou 04 vídeos depoimentos por mês, de baixa complexidade (até 2 horas de captação). Os

1.9.3 Vídeo Depoimento	vídeos depoimentos são aqueles que buscam por meio de breves recados informar a população sobre temas específicos.
1.9.4 Vídeo Animação	O vídeo animação, por sua vez, são feitos com técnicas de animação 2D ou 3D, e também possuem ampla visualização nas redes sociais e mídias digitais. Por isso, a equipe de planejamento estimou 12 vídeos por ano, de baixa complexidade (2D com duração de até 1 minuto) e 06 vídeos por ano de média complexidade (3D com duração de até 1 minuto).
1.9.5 Reedição de Vídeo	Com a quantidade de captação que será realizada para a produção dos vídeos releases e vídeos depoimento, é possível que as imagens sejam reutilizadas em alguns vídeos, facilitando a produção de novos vídeos com novas edições, e ainda alcançando economicidade para o Órgão. Por isso, a equipe de planejamento estimou essa possibilidade 12 vezes por ano.
1.9.6 Criação de Vinheta	Para facilitar a compreensão e fixação de algumas mensagens-chaves, a utilização de vinhetas de curta duração que contenham elementos como texto, imagem, arte gráfica, animações, tem se demonstrado como ferramenta eficaz. Por isso, a equipe de planejamento estimou a necessidade em 12 por ano.
1.9.7 Libras Para Vídeo	A utilização de recursos de acessibilidade é a regra que vem se consolidando e aperfeiçoando. Recentemente a Secom disciplinou a obrigatoriedade da utilização de recursos de acessibilidade na publicidade, nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, por meio da IN 01 /2020. Pensando nisso, a nova estratégia de comunicação do Órgão buscou englobar o uso de libras em todos os vídeos produzidos pela Ascom. Sendo assim, a equipe de planejamento estimou a mesma quantidade de vídeos previstos no ano para esse serviço, sendo 234 traduções em libras por ano, de baixa complexidade (vídeos de até 2 minutos); 36 traduções por ano, de média complexidade (vídeos de 2 até 5 minutos) e 01 tradução por ano de alta complexidade (vídeos acima de 5 minutos).
1.10.1 Conteúdo para Redes Sociais	Como relatado em todo o estudo técnico preliminar, tem aumentado muito o acesso da população as redes sociais. Para tanto, faz-se necessário que as redes sociais sejam alimentadas periodicamente, com novos conteúdos, a fim de efetivamente dar transparência as políticas públicas do ministério. Dessa forma, sabendo que o MDR possui Facebook, instagram, Twiter, e outras, imprescindível que o serviço seja mensal. Por isso foi estimada a entrega de 12 relatórios anuais, demonstrando a efetiva publicação dos conteúdos em todas as redes.
1.10.2 Moderação em Redes Sociais	Além de publicar nas redes sociais, o Ministério precisa interagir com seu público de interesse, e evitar ataques "de públicos contrários as políticas públicas do Órgão. Por isso, o serviço de moderação em redes sociais precisa ser contínuo, sendo prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana, e será remunerado mensalmente.
1.10.3 Monitoramento Online - Análise de Jornais, Revistas, Blogs, Redes Sociais e Portais de Notícias	Não se trata de mero Clipping de notícias, o monitoramento <i>on line</i> além de fazer a busca das notícias entregará também ao Órgão a análise, com alertas para notícias que possam gerar algum tipo de crise. Por isso, o serviço é contínuo, e deverá ser prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana, e ser remunerado mensalmente.

1.11.1 Receber, coordenar, articular, encaminhar e acompanhar as demandas de comunicação das unidades do órgão	Serviço contínuo, que deverá ser prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana. Por tal razão, optou-se pela entrega de relatórios mensais, sendo que o serviço será remunerado mensalmente. A empresa deverá alocar a quantidade de profissionais que forem necessários ao atendimento do Órgão, levando em consideração inclusive a sazonalidade da demanda, observado o perfil indicado.
1.12.1 Elaboração de plano de comunicação de acordo com briefing da contratante	O Plano de comunicação pode ser utilizado para mapear maneiras mais precisas de comunicar políticas, programas, ações, campanhas e eventos do MDR, e/ou ainda para dar o direcionamento de uma certa situação de crise. No caso do MDR todas as situações podem ocorrer, e diante da quantidade de políticas públicas no "guarda-chuva" do Órgão, a equipe de planejamento entende a necessidade de se prever 8 planos por ano.

Em que pese haver estimativa de demandas para a contratação, cumpre ressaltar que o quantitativo estimado tem o objetivo de cumprir com o dever de planejamento como pressuposto ao atendimento ao direito fundamental à boa administração e à realização do interesse público primário. Além disso, por esta contratação ter como definição de parâmetro para pagamento unidades de medida específicas para cada tipo de produto/serviço a ser executado pela contratada, objetivando a mensuração por resultado, a estimativa também deverá servir de base para o dimensionamento dos custos envolvidos na contratação pelos licitantes quando da formulação de suas propostas.

Contudo, importante ressaltar que as demandas dos serviços de comunicação são imprevisíveis e dinâmicas.

Da Estimativa de deslocamento (passagens aéreas e diárias) para a licitação de Comunicação Digital:

Não é possível fazer a estimativa real de despesas com emissão de passagens e concessão de diárias uma vez que esses valores podem ser muito variáveis. Principalmente em relação às viagens internacionais, caso ocorram, porque além de depender dos preços das passagens, que geralmente são atrelados ao dólar, o pagamento das diárias também é em dólar.

Por outro lado, cumpre ressaltar que, apesar da previsão de ressarcimento de deslocamentos e diárias do TED nº 03/2018, é impossível se basear nos quantitativos utilizados. Isso porque como já diversas vezes falado, o TED nº 03/2018 não atendeu o MDR em sua necessidade total. Além disso, é necessário destacar que a sistemática de ressarcimento prevista no TED, seguiu o contrato firmado entre o MCTIC com a empresa BR Mais Comunicação, que previu 20% do valor dos serviços não precificados como percentual máximo de reembolso. Isso significa que de todo o valor previsto no TED apenas 2% era reservado para ressarcimento de passagens e diárias.

Já na presente contratação, para o alcance da porcentagem, foi utilizado o percentual recomendado nos modelos da Secom /PR. Sendo assim, para o **reembolso das despesas com deslocamentos** necessários à realização dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, será destinado, como limite máximo, o percentual de até 10% (dez por cento) do valor final da proposta de preços vencedora, conforme estimativas de quantidades de deslocamentos, descritas nos subitens 8.7.1 e 8.7.2 do Projeto Básico.

Para as estimativas de deslocamentos nacionais, foi feito levantamento de contratos do MDR, por região, retirado do site http://paineis.mdr.gov.br/painel_carteira_investimento.html, (Extrato Carteira de Investimentos MDR 1953073). Com base no quantitativo de contratos, foi verificada em termos percentuais a representatividade de cada Região. Após, foi estimada uma viagem por semana (52 semanas), para cerca de 4 colaboradores, totalizando 208 deslocamentos por trecho (sendo considerado um trecho a ida e a volta), bem como por traslado. Além disso, foram estimadas 3 diárias por deslocamento.

Sendo assim, a composição da estimativa por região foi feita da seguinte forma:

Região			ESTIMATIVA ANUAL DE	ESTIMATIVA ANUAL DE	ESTIMATIVA ANUAL DE TRASLADOS
			ESTIMATIVA ANUAL DE		

	Quantidade de Contratos	Percentual dos contratos	DESLOCAMENTOS POR TRECHO	DIÁRIAS (3 por deslocamento)	AEROPORTO/HOTEL - EVENTO /AEROPORTO
Norte	1945	10%	21	63	21
Nordeste	7179	37%	77	231	77
Centro-Oeste	2351	12%	25	75	25
Sudeste	4935	25%	53	159	53
Sul	3077	16%	33	99	33
Total	19487	100%	209	627	209

Saliente-se que, por se tratar de reembolso, a mera previsão do percentual não gera desvantajosidade na execução contratual, pois se o valor não for utilizado, não gerará gastos ao Órgão.

Para a estimativa de preços das diárias nos deslocamentos, foi utilizado como critério o disposto no modelo de edital da Secom que define o seguinte:

Todas as demais despesas com hospedagem, alimentação, ou qualquer outra envolvida no deslocamento serão pagas pelo CONTRATANTE, por meio de diárias, de acordo com os valores estabelecidos na legislação vigente para a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Federal nas viagens de servidores e colaboradores eventuais a serviço.

Para diárias no país, será utilizado o valor referente ao nível “D” de indenização (equivalente ao cargo DAS-4) dos servidores civis, conforme Anexo I do Decreto nº 5.992/2006

Conforme tabela abaixo:

Tabela – Valor da Indenização de Diárias aos servidores públicos federais, no País

Classificação do Cargo /Emprego/Função	Deslocamentos para Brasília /Manaus/ Rio de Janeiro	Deslocamentos para Belo Horizonte/ Fortaleza/Porto Alegre/Recife/ Salvador/São Paulo	Deslocamentos para outras capitais de Estados	Demais deslocamentos
A) Ministro de Estado	581,00	551,95	520,00	458,99
B) Cargos de Natureza Especial	406,70	386,37	364,00	321,29
C) DAS-6; CD-1; FDS-1 e FDJ-1 do BACEN	321,10	304,20	287,30	253,50

D) DAS-5, DAS-4, DAS-3; CD-2, CD-3, CD-4; FDE-1, FDE-2; FDT-1; FCA-1, FCA- 2, FCA-3; FCT1, FCT2; FCT3, GTS1; GTS2; GTS3.	267,90	253,80	239,70	211,50
E) DAS-2, DAS-1; FCT4, FCT5, FCT6, FCT7; cargos de nível superior e FCINSS.	224,20	212,40	200,60	177,00
F) FG-1, FG-2, FG-3; GR; FST-1, FST-2, FST-3 do BACEN; FDO-1, FCA-4, FCA-5 do BACEN; FCT8, FCT9, FCT10, FCT11, FCT12, FCT13, FCT14, FCT15; cargos de nível intermediário e auxiliar	224,20	212,40	200,60	177,00

Para adicional de embarque e desembarque (traslado aeroporto/hotel ou evento/aeroporto, dentro do território nacional), será utilizado o valor referente ao descrito no art. 8º e anexo II, do Decreto 5.992/2006, sendo reembolsado o valor comprovadamente utilizado, até o limite estabelecido.

Para as estimativas de deslocamentos internacionais, em razão de não existir histórico desde a criação do MDR, entendeu-se por bem prever 2 viagens por ano para cada continente, para 2 colaboradores. A ideia é que na 1ª renovação contratual os quantitativos sejam revistos, para que haja uma mensuração mais precisa, diante das necessidades do órgão em relação a nova estratégia de comunicação.

Sendo assim, a composição da estimativa por região foi feita da seguinte forma:

Continente	ESTIMATIVA ANUAL DE DESLOCAMENTOS POR TRECHO	ESTIMATIVA ANUAL DE DIÁRIAS (5 por deslocamento)
Africa	4	20
América do Sul	4	20
América Central	4	20
América do Norte	4	20
Ásia/Oceania	4	20
Europa	4	20
Total	24	120

Para diárias no exterior, será utilizado o valor referente à Classe "III" de indenização (equivalente ao cargo DAS-4) dos servidores civis, conforme Anexo III do Decreto nº 71.733/1973.

12. Estimativa do Valor da Contratação

A Assessoria de Comunicação Social, requisitante do objeto ora proposto, realizou pesquisa de mercado para a futura aquisição, observando a Instrução Normativa n. 5/2014 – SLTI/MP, que diz:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

I - Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>; **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços; **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. **(Alterado pela Instrução Normativa n. 3, de 20 de abril de 2017)**

§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência. **(Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)**

Foi observada, ainda, a Instrução Normativa SECOM n. 04/2018, no que diz respeito à pesquisa de preços:

Art. 18. Para estabelecer os preços unitários máximos dos produtos e serviços essenciais, no âmbito do certame, o contratante deverá realizar pesquisa de preços junto ao mercado, por meio do envio da cópia do projeto básico referente ao objeto a ser licitado, de modo a propiciar a adequada cotação.

§1º As cotações encaminhadas ao contratante pelas empresas consultadas deverão estar datadas, assinadas e rubricadas em todas as folhas, para composição do processo licitatório.

§2º Para subsidiar a análise dos orçamentos cotados, o contratante deverá buscar, sempre que possível, as referências dos preços praticados pela Administração Pública Federal em relação aos produtos e serviços essenciais.

Sendo assim, passamos a informar a metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência.

A pesquisa teve início no mês de junho de 2020, ocasião em que a Ascom elaborou minuta de Projeto Básico para subsidiar a cotação dos preços pelos fornecedores, ajustando as especificações dos itens a serem solicitados na contratação.

Foi feito um levantamento dos licitantes que participaram na licitação anterior, de comunicação corporativa, do Ministério da Integração Nacional e de seus contatos (e-mail e telefone) constantes no SICAF e/ou em sites de busca na internet. Além disso foi feita pesquisa de empresas de comunicação em ferramentas de busca, a fim de levantar o maior número de potenciais fornecedores do objeto. Após tal levantamento, foram encaminhadas solicitações de propostas de preços, por e-mail, para os mesmos, com o encaminhamento das especificações dos itens.

Concomitantemente à solicitação de propostas aos fornecedores, a Assessoria de Comunicação Social iniciou pesquisa de preços na ferramenta Pannel de Preços (<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), (1953079), conforme determina a IN n. 5/2014. A ferramenta possibilita a consulta a licitações realizadas pela Administração Pública, buscando informações no Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasnet.

Na ferramenta foi encontrada apenas uma licitação cujo objeto trata especificamente de serviços de comunicação digital. Trata-se de contratação proveniente de Dispensa de Licitação, por motivo de emergência, da Secretaria de Comunicação Social (Secom /PR). Optou-se pela não inclusão da licitação no Mapa Estimativo de preços, em vista de tratar-se de modelo de contratação, período de vigência e especificações divergentes do proposto pelo MDR no presente processo.

Ainda, foram recebidas por e-mail e/ou pesquisadas em sites oficiais de outros órgãos e entidades da Administração, cópias de contratos e documentos relacionados (propostas, termos aditivos, termos de apostilamento, etc.) tendo sido encontrado apenas 01 contrato cujo objeto trata especificamente de comunicação digital: Contrato Administrativo nº 40/2016 da Agência Nacional de

Águas (ANA). Ainda, por terem alguns itens similares em suas composições, foram considerados 03 (três) contratos de comunicação corporativa: Contrato Administrativo nº 05/2018 do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Contrato Administrativo nº 04/2020 do Ministério da Infraestrutura e Contrato Administrativo nº 05/2017 do Ministério da Cidadania (extinto Ministério do Esporte) (1953110).

Sobre essas contratações, todas foram consideradas na pesquisa de preços. Contudo, os contratos não foram completamente considerados na composição do Mapa Estimativo de Preços devido a apenas alguns itens apresentarem especificações compatíveis com as necessidades do MDR.

Com relação à pesquisa com fornecedores, a Ascom entrou em contato com diversos prestadores de serviço do objeto em questão, através de telefone e e-mail, a fim de solicitar propostas de preços, conforme dito anteriormente.

Dessa forma, obtivemos propostas de apenas seis fornecedores: Proposta Comercial FSB Comunicação, Proposta Comercial Informe Comunicação, Proposta Comercial In Press Oficina, Proposta Comercial BR Mais Comunicação, Proposta Comercial Agência 1 Comunicação Integrada e Proposta Comercial IComunicação Integrada (1953092). Informamos que algumas empresas nos comunicaram, via telefone, da impossibilidade de efetuarem a cotação de preços, devido à falta de interesse em participar da futura licitação e algumas nos encaminharam negativas via e-mail (1953101).

O parágrafo 2º do artigo 2º da Instrução Normativa nº 5/2014 – MP estabelece que, no âmbito de cada parâmetro, para obtenção do resultado da pesquisa de preços será utilizado como critério ou metodologia a média, a mediana ou o menor dos preços obtidos.

O entendimento do Manual de Orientação para pesquisa de preços do Superior Tribunal de Justiça / Secretaria de Controle Interno, para a IN n. 05/2014 é de que:

A utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados.

Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos.

O preço mínimo é aconselhável quando por motivo justificável não for mais benéfico fazer uso da média ou da mediana.

Ressalta-se jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, em que o órgão de controle, no Acórdão nº 3.068/2010-Plenário, afirmou que “o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”.

O Guia de orientação do governo Federal sobre a Instrução Normativa n. IN 5/2014, aponta alguns fatores que podem influenciar na formação dos custos, tais como: praça ou mercado, desempenho, níveis de serviço exigidos, forma de execução e modalidade de compra. Esses fatores podem ter levado alguns fornecedores a dimensionar de forma equivocada o preço para prestação dos serviços, causando os resultados heterogêneos que encontramos na pesquisa.

Para definição dos valores foi utilizada a média + desvio padrão, uma vez que a equipe de planejamento desconsiderou alguns dos pressos que entendeu serem insuficientes ou excessivos, ficando aqueles que entendeu serem valores mais homogêneos ou necessários para o equilíbrio do preço final. Ainda assim, por haver relevante diferença entre os preços apresentados, a equipe optou pelo uso da fórmula de desvio padrão, que serve para dizer o quanto os valores dos quais se extraiu a média são próximos ou distantes da própria média.

A partir das pesquisas realizadas e das propostas apresentadas, foi elaborado o Mapa Estimativo de Preços (1953128), onde se verificou que o preço médio estimado global é de R\$7.830.474,79 (sete milhões, oitocentos e trinta mil quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Especificamente com relação ao serviço do item 1.11.1 (Atendimento de Demandas), os técnicos da área requisitante entendem que o valor estimado final deve ser semelhante ao valor estimado do serviço do item 1.2.1 (Atendimento às Demandas do Contratante) da contratação de Comunicação Corporativa (Mapa estimativo de Comunicação Corporativa: 1924749). Tal entendimento se justifica pelo fato de os serviços serem essencialmente semelhantes, divergindo apenas no foco dos serviços: comunicação digital ou comunicação institucional,

Tendo a estimativa do item 1.2.1 da licitação de Comunicação Corporativa apresentado o valor de R\$ 42.476,26 e a estimativa do item 1.11.1 da licitação de Comunicação Digital apresentado o valor de R\$ 45.746,08, optou-se pela prevalência do menor valor estimado, já que o preço encontrado naquela estimativa é mais vantajoso para o órgão. Sendo assim, o valor unitário estimado de R\$ 42.476,26 (quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos) valerá para as duas contratações.

Sendo assim, o valor médio estimado global dos serviços passa a ser 7.791.236,97 (sete milhões, setecentos e noventa e um mil duzentos e trinta e seis reais e noventa e sete centavos).

O valor para despesas com deslocamento de profissionais a serviço, que corresponde a até 10% do valor dos serviços, está estimado em R\$ 779.123,70 (setecentos e setenta e nove mil cento e vinte e três reais e setenta centavos). **Portanto, o valor estimado total é de R\$ 8.570.360,67 (oito milhões, quinhentos e setenta mil trezentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos).**

Diante do exposto, a Equipe de Planejamento da Contratação, de acordo com a pesquisa realizada pelos técnicos de comunicação da unidade requisitante - Assessoria de Comunicação Social, considera assinado o Mapa Estimativo de Preços (1953128) acostado aos autos.

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A divisibilidade do objeto a ser adquirido, a princípio, permite uma maior competitividade na oferta, eis que amplia a margem daqueles possíveis licitantes que podem ofertar parte do objeto, mas não o objeto como um todo. Nesse sentido, esclarece a doutrina com base em entendimento do TCU:

Conforme destacado pelo TCU, o parcelamento do objeto, aplicável às compras, obras e serviços, acarreta a pluralidade de licitações, pois cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada em separado.

(TCU. Licitações & contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. Brasília, 2010. P.225)

Trata-se, pois, de um importante instrumento na busca por melhores condições e benefícios pelo Poder Público. Não por outra razão, o TCU entende que quando for possível a compra do objeto por parte (parcela), a licitação (e adjudicação do objeto licitado) deve ser obrigatoriamente feita por item:

De acordo com o TCU, é obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

(TCU, Acórdão 122/2014, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, 29.01.2014, Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos do TCU n. 183).

Utilizando como norma o art. 23, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, bem como a Súmula n. 247, do Tribunal de Contas da União, tem-se que a divisão do objeto em itens ou lotes é a regra:

Lei 8.666/1993:

Art. 23, § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Enunciado da súmula 247 TCU

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Conforme se extrai dos dispositivos citados, a regra do parcelamento se dá em decorrência da presunção de que, com a divisão do objeto em parcelas menores, a competitividade aumentará e, conseqüentemente, as chances de alcançar propostas mais vantajosas. Contudo, sabe-se que este raciocínio precisa ser ponderado, em cada caso.

É pressuposto de legitimidade do parcelamento que não haja prejuízo ao todo, à responsabilidade técnica, à solução integral esperada, à gestão das avenças e, também, à economia de escala.

Para uma análise adequada do parcelamento, mostra-se imprescindível conhecer os possíveis **reflexos técnicos e gerenciais** de eventuais divisões, bem como **o mercado** no qual se insere a solução a ser licitada; sopesando se o segmento atua,

preponderantemente, nas diversas demandas ou não. Se a resposta para esta última questão for afirmativa, por exemplo, de modo que as empresas atuem preponderantemente nas diversas demandas, é provável que a adoção de agrupamentos reverte o ganho de economia de escala.

Assim, a equipe de planejamento, bem como a nova estratégia de comunicação, entendeu por bem dividir os contratos de comunicação em dois grandes contratos: de comunicação corporativa e de comunicação digital. Apenas assim, seria possível dividir, pois não haveria danos nas execuções contratuais. É certo que, ainda assim, entende-se que haverá momentos em que os dois contratos terão sim de ser conciliados para a prestação completa da demanda de comunicação, mas o reflexo técnico, no entender da Ascom, não seria atingido.

A coexistência de muitas empresas atuando em um processo de construção de uma solução de comunicação traria dificuldades à execução, pois cada uma daria as informações decorrentes do item sob sua execução e não haveria uma visão global da problemática do órgão e das possibilidades de atuação. Dessa forma a estratégia de comunicação do MDR ficaria fragmentada e restrita a determinados itens. Por outro lado, os interesses individuais de cada contratada poderiam passar a contaminar a proposição da melhor solução e subtrair a necessária agilidade e eficiência.

É evidente que quando há mais de uma empresa envolvida em partes de uma atividade interdependente, eleva-se o risco de comprometer a execução, gerando insucesso nas entregas. Desmembrar os serviços e trazer novos contratos para o Ministério, também aumentaria a complexidade da gestão, o que onera a Administração Pública.

A presente licitação visa a contratação de empresa especializada em prover soluções integradas para a prestação de serviços inter-relacionados de comunicação digital. Embora o edital apresente itens de serviços/produtos e até estimativas de quantitativos individualizados, não se trata de itens isolados de um cardápio, mas de propor soluções que utilizem possibilidades contratuais a fim de compor estratégias de comunicação que visem obter o melhor resultado das divulgações para o Órgão junto aos seus públicos de interesse.

Some-se aos argumentos apresentados que não há possibilidade de dividir serviços do Projeto Básico sem correr o risco de sobreposição de objeto e do MDR ter que arcar com gastos desnecessários ou despesas em duplicidade.

A Ascom/MDR objetivou realizar uma contratação focada na integração dos diversos serviços de comunicação. Para tanto pensou na contratação de "planos de comunicação". Por vezes uma ação necessita de um estudo mais aprofundado sobre os problemas e desafios de comunicação e o plano se faz necessário. A partir desse plano, vários dos serviços que integram o catálogo podem ser identificados como necessários para a realização de uma certa atividade.

A "elaboração de planos de comunicação" poderá ser identificada pelo gestor da Ascom ou ainda pela própria empresa, por meio do serviço de atendimento de demandas, que deverá "receber, coordenar, articular, encaminhar e acompanhar as demandas de comunicação das unidades do Órgão". Tal serviço é, por analogia, o coração da Ascom. Os profissionais que tratarem desse trabalho, receberão insumos das áreas do MDR e serão os interlocutores entre as demandas das secretarias e a comunicação na área digital.

Esse trabalho de articulação com as áreas será fundamental para orientar aqueles que serão os responsáveis pela "interação com usuários das redes sociais". Esses profissionais precisam estar constantemente atualizados sobre as temáticas das unidades e o discurso das autoridades para poder responder aos questionamentos de usuários das redes. Se a comunicação entre as equipes citadas falhar, a qualidade do material "publicado nas redes sociais" ou o trabalho de "interação com usuários das redes sociais" estará comprometido.

Para funcionar bem, as tarefas precisam estar bastante interligadas e haver a prática cotidiana e frequente de trocas de informação e insumos. Equipes que se retroalimentam para que possam gerar uma comunicação satisfatória junto aos beneficiários, gestores dos programas sociais, mídia e sociedade em geral. Entre outras tarefas, os responsáveis pela "recepção, coordenação e encaminhamento de demandas" precisarão distribuir e acompanhar as atividades a serem realizadas por profissionais cujas atribuições são rotineiras e fundamentais para uma Assessoria de Comunicação: "produção de conteúdos para redes sociais", "elaboração e edição de entrevista ou reportagem de vídeo", "vídeo depoimento", "vídeo animação", "criação de infográfico, ilustração, organograma e fluxograma (internet e intranet)", e a "publicação do conteúdo".

Além disso, para que se alcance uma boa navegabilidade no portal, será necessário primeiramente fazer uma "análise de tráfego de rede e usabilidade", para acompanhar a quantidade e o comportamento de usuários que acessam e navegam pelos sites e/ou portais do Ministério do Desenvolvimento Regional. Depois realizar "diagnósticos e matriz estratégica", avaliar a "saúde digital das marcas e temas" do Ministério, e mapear a necessidade de migração de conteúdos para a intranet ou para o portal da Pasta. Ao final, será possível elaborar estruturas de navegação de "propriedade digital", por meio de novas arquiteturas, e para isso "analisar e aplicar pontos de função plane" para alcançar soluções digitais mais aderentes às necessidades do MDR. Em alguns casos será possível ainda "adaptar ou replicar" alguma tela ou criar um novo "elemento gráfico" para o portal ou intranet, trabalhando a parte do "design" das referidas plataformas.

Já os trabalhos de “roteirização e diagramação de apresentações”, “peças digitais”, “infográfico, ilustração, organograma e fluxograma” podem partir de demandas das unidades e do próprio ministro ou secretários. Assim como os “banners” que poderão ser utilizados para promover o endomarketing e facilitar a comunicação interna, divulgando notícias e acontecimentos de interesse do Órgão para servidores e colaboradores.

Caso os objetos desses serviços sejam parcelados, o órgão terá que gerir diversas tarefas isoladamente, o que é caro, ineficaz, e poderia levar o Ministério à ineficácia. O parcelamento de serviços resulta em esforços superpostos, ineficiência, incompatibilidade de estratégias e mensagens. A divisão do objeto e adjudicação a mais de uma empresa, no presente caso, pode não atender ao intento do Órgão que busca nessa contratação atender aos princípios da razoabilidade e da economicidade, o que pode interferir negativamente na gestão de recursos e no orçamento governamental.

Além disso, quando há mais de uma empresa executando tarefas interdependentes o risco de haver um trabalho inconcluso ou mal feito é elevado. Uma delas pode perder o tempo da execução da tarefa e tal fato vir a comprometer o resultado do trabalho da outra e gerar conflito e insucesso na execução. No final das contas, o prejudicado é o Órgão.

Pelos motivos apresentados, entendemos que contratar com foco na solução de serviços de comunicação se mostra tecnicamente mais eficaz do que dividi-los. Especialmente no que diz respeito à atuação em momentos críticos, os quais requerem o máximo de agilidade e exatidão nas respostas aos veículos de comunicação e canais próprios.

Contratar um conjunto de soluções de comunicação agrega economia ao MDR, que não terá que arcar com as despesas inerentes a muitos processos e que terá custo menor pelos serviços estarem agregados. Além disso tem a possibilidade de não executar alguns dos serviços em determinados momentos trazendo desoneração ao contrato. É sabido que o órgão licitante deve possuir interesse em proporcionar a maior competitividade possível ao certame, porém, o parcelamento do objeto, nesse caso, não se mostra razoável do ponto de vista da eficiência, tampouco financeiramente, pois para a prestação dos serviços de comunicação corporativa faz-se necessário montar uma estrutura e alocar profissionais para a sua execução. Havendo divisão na contratação dos serviços será necessária a disponibilização de outras estruturas, que ao invés de reduzir o custo unitário, o elevaria fazendo com que o órgão perdesse o ganho de escala que pode ser obtido com a contratação conjunta.

Por outro lado, os interesses individuais de cada contratada poderiam passar a contaminar a proposição da melhor solução e subtrair a necessária agilidade e eficiência. Além disso, contratações isoladas de produtos resultariam em prejuízo à qualidade dos serviços prestados à Administração, que necessita de uniformidade de estratégias e mensagens, para que a comunicação do órgão seja efetivamente integrada e tempestiva.

Reiteramos que, similarmente ao serviço de publicidade, o serviço de comunicação digital deve ser licitado sem a segregação de itens, nos termos do previsto no artigo 2º, §3º, da Lei nº 12.232/2010, qual seja: Art. 2º. §3º. “Na contratação dos serviços de publicidade, faculta-se a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda, sem a segregação em itens ou contas publicitárias, mediante justificativa no processo de licitação”.

Compreende-se, assim, que o serviço a ser contratado retrata a intenção de a Administração Pública observar as recomendações da Corte de Contas e não pode ser parcelado, além do que já se propõe em corporativa e digital, por se tratar de serviço intelectual, intangível e indivisível.

Em resumo, elencamos abaixo os principais benefícios observados com a contratação não-parcelada dos itens de serviços /produtos de comunicação com a utilização do modelo proposto:

- Uniformidade – evita-se a contradição de informações que pode enfraquecer a reputação do órgão perante a sociedade. Unificar a comunicação é um grande e importante passo para integrar as mensagens e obter maior retorno com a propagação das mesmas.
- Foco único – quando se tem diversos fornecedores atuando de forma independente e pensando apenas em sua atividade (mídias sociais, conteúdo, imprensa, influenciadores, etc.), o resultado, em grande parte dos casos, é a perda do foco na estratégia. O risco é de que sejam transmitidas informações divergentes e/ou incoerentes, com apelos distintos, o que faz com que a imagem do órgão se torne indefinida e pouco confiante, dificultando o engajamento do público de interesse e, consequentemente, o alcance dos objetivos do órgão.
- Sinergia – uma mensagem que tenha seu formato planejado e adaptado ao perfil do órgão e do público alvo em cada canal de comunicação, veiculada estrategicamente para ampliar seu impacto conforme as necessidades, é de fundamental importância. Essa sinergia é alcançada com a execução conjunta de alguns produtos/serviços e torna-se pouco possível quando existe a necessidade de transmitir a informação através de agentes distintos em cada veículo. Além disso, é possível a utilização conjunta de ferramentas, o que possibilita melhor aproveitamento orçamentário quando da criação de conteúdos.

- Monitoramento – a mensuração dos resultados, além de uma obrigação da Administração Pública, que visa dar transparência e justificar os investimentos, também é essencial para a identificação de melhores práticas e de necessidades de ajustes. A visão conjunta de alguns produtos/serviços de comunicação preconiza um monitoramento unificado, em que as métricas de cada disciplina convergem para o resultado comum: melhorar o desempenho da organização.
- Rapidez na mudança de rota – a partir do monitoramento, é possível identificar e entender de forma mais objetiva, em cada momento e contexto, o que está facilitando ou dificultando o alcance dos objetivos e, consequentemente, o que deve receber mais ou menos atenção, esforço e investimento. Quando a comunicação está segmentada com muitos fornecedores, a gestão da mudança é morosa e pouco eficiente.
- Facilidade de interlocução – principalmente em situações de crise, percebe-se que a utilização conjunta de compostos da comunicação é mais eficiente no encontro de soluções para a transmissão adequada das informações, que são disseminadas de forma coerente e objetiva.

14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação em pauta correlaciona-se com a contratação de serviços de comunicação corporativa, tratada no processo 59000.006954/2020-21, em vista de ambas tratarem de serviços essenciais para a composição da estratégia de comunicação social do Ministério do Desenvolvimento Regional. Contudo, conforme explanado nas justificativas inseridas nestes Estudos, as licitações foram compostas de forma independente, podendo ser licitadas e contratadas separadamente.

15. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As contratações públicas são instrumentos relevantes para auxiliar a realização das políticas públicas. Nesse sentido, o alinhamento com o planejamento estratégico do órgão é vital tanto para que se mantenha o foco no alcance de resultados efetivos para a organização, quanto para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a comunicação social como um componente crucial da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional, a implementação de políticas públicas, o acesso à informação e a prestação de contas à sociedade sem uma comunicação adequada e estruturada.

Conforme item DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE deste Estudo, um dos objetivos proposto para o órgão é "Aperfeiçoar a comunicação interna e externa". A contratação pretendida tem relação direta com o alcance de tal objetivo, como já justificado.

Inclusive, uma das entregas estratégicas de responsabilidade da Ascom, para o aperfeiçoamento da comunicação, trata da reformulação do portal do MDR, com vistas a aumentar a quantidade de visitas ao site. Essa entrega objetiva divulgar conteúdo informativo a respeito das atividades do Ministério, além de facilitar o acesso às informações e políticas públicas promovidas pelas Secretarias.

Além disso, a contratação em tela está relacionada às atividades das áreas meio e finalísticas do MDR, à medida em que a comunicação digital se apresenta como instrumento de disseminação de informações e criação de espaços para o debate de políticas públicas.

Conforme inciso IV do §2º do Art. 7º da Lei n. 8.666/93, o produto esperado da contratação deve estar contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA quando for o caso. Informa-se que, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária do processo 59110.000101/2017-32, "a despesa se enquadra no Programa de Trabalho 04.122.2111.2000.0001 - Administração da Unidade – Nacional, Ação 2000 – Administração da Unidade, que tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas, no Plano Orçamentário – PO 0000 – Administração da Unidade".

Sendo assim, e de acordo com a manifestação da Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão - CGPM no referido processo, doc. SEI n. 1006326, entende-se que o dispositivo da Lei de Licitações não se aplica à contratação ora proposta.

Informa-se, ainda, que a contratação de serviços de comunicação foi contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o ano de 2020, através do sistema Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), conforme doc. 1953133.

16. Resultados Pretendidos

Dentre os resultados, espera-se o incremento da capacidade de condução sistêmica da comunicação institucional do Ministério do Desenvolvimento Regional, hoje marcada pela limitação de recursos humanos e materiais exigidos para o bom desempenho de suas funções técnicas. Com os serviços prestados, espera-se aumentar o valor agregado pelas ações de comunicação digital à inserção de temas de promoção do desenvolvimento regional e urbano, capacidade produtiva das regiões, ambiente das cidades, infraestrutura, mobilidade, moradia, etc., apoiando iniciativas capazes de influenciar o conhecimento, a predisposição e o comportamento de segmentos que ainda carecem de maior interlocução com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Ainda como resultado, é esperado que os produtos a serem desenvolvidos nesta contratação permitam o fortalecimento do discurso institucional do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio de ações que integrem e uniformizem, verbal e visualmente, o tratamento das mensagens, conceitos, valores e princípios difundidos, proporcionando o aumento da capacidade do Ministério do Desenvolvimento Regional de prover informação relevante e de interesse público com qualidade, segundo os objetivos estratégicos da Pasta.

O modelo proposto de comunicação almeja o alcance de diversos benefícios, dentre eles:

I - melhorar o rendimento e engajamento dos colaboradores;

II - promover uma melhor apresentação do órgão para a sociedade, público de interesse do Ministério, que o enxergará com uma imagem forte, confiável e coerente (melhorar o posicionamento e reputação do órgão);

III - promover inovação na forma de se comunicar com o público, agregando novas tecnologias para tal;

IV - integrar a comunicação interna com a externa eliminando a possibilidade de que o público receba mensagens divergentes e incoerentes que gerem dúvida, o que pode causar prejuízos para a o órgão;

V - evitar gastos desnecessários com ações ineficientes;

VI - aumentar a abrangência das informações e ações de comunicação;

VII - conquistar a confiança do público-alvo;

VIII - alinhar as ideias em busca dos objetivos;

IX - cumprir a obrigação de dar publicidade e transparência aos atos da Administração;

X - aumentar a celeridade e ganhar tempo;

XI - evitar rivalidades entre equipes.

17. Providências a serem Adotadas

Não é necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes do órgão visando o início da execução dos serviços. Ressalta-se que, atualmente, parte dos serviços (moderação em redes sociais, vídeos releases e atendimento aos demandantes internos) nos moldes propostos já estão sendo executados no ambiente do órgão, que já encontra-se adequado, podendo demandar alguns ajustes pontuais.

Em princípio, a contratação nos moldes propostos não apresenta peculiaridades que dificultem a fiscalização dos serviços, especialmente por se tratar de remuneração baseada em resultados. Contudo, cumpre ressaltar que, em conjunto com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, deverão ser providenciados cursos relacionados a fiscalização e gestão contratual, caso haja o entendimento de que há necessidade de capacitação dos servidores nesse sentido, buscando sempre o aprimoramento do controle dos serviços.

18. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes da contratação. Destaca-se, contudo, os critérios mencionados no tópico DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Estudo Técnico Preliminar, com relação aos critérios de acessibilidade e sustentabilidade.

Sendo assim, a empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

20. Responsáveis

RODRIGO KAISER SACCONI

Chefe da Assessoria de Comunicação Social do MDR